



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 032

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 2006

ANO XXXI

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## **DIÁRIO Nº 032**

### **28ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva .....**

**Presenças .....**

**Abertura da Sessão .....**

#### **Expediente:**

Ofícios.....

Proposta de Emenda Constit.-PEC

Emenda à PEC .....

Requerimentos .....

Projetos de Lei .....

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Ratinho Júnior .....

Dep. Elza Correia.....

Dep. Plauto Miró Guimarães .....

Dep. Barbosa Neto .....

Dep. Nereu Moura .....

Dep. Tadeu Veneri.....

Dep. José Domingos Scarpellini....

#### **Grande Expediente:**

Sr. Sérgio - Presidente da

Força Sindical .....

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini

Liderança do Bloco PP/PL/PMR

Dep. Marcos Isfer.....

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins.....

Liderança do PFL

Dep. Plauto Miró Guimarães.....

Liderança do PT

Dep. André Vargas.....

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni.....

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana.....

Liderança do Governo

Dep. Rafael Greca.....

Liderança da Oposição

Dep. Ademar Traiano.....

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....

Discussão / Votação:

3ª Discussão .....

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Requerimentos.....

**Encerramento da Sessão .....**

## **DIÁRIO Nº 032**

### **28ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2006**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Duílio Genari, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi, Miltinho Pupio e Nelson Garcia (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Alertamos aos Srs. Parlamentares que, após a Sessão Ordinária de hoje, teremos uma Sessão Especial para o Conselheiro Rafael Iatauro, que será homenageado, recebendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofícios***

Sob o nº CTL/CC038/06, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, restituindo a esta Casa Legislativa os Projetos de Lei nºs 096/04, 002/05, 270/05 e 736/05. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CCE/G032/06, do Sr. Governador do Estado, encaminhamento Balanço Consolidado do Estado e Relatório de Execução Física do Orçamento-Programa, relativos ao exercício de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 83/06, do Sr. Nestor Celso Bueno - Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando Demonstrativo das Alterações da Despesa, referente ao 1º trimestre de 2006. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 415/06, do Sr. Heinz Georg Herwig - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Atividades Institucionais de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 847/06, do Sr. Luiz Forte Netto - Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, encaminhando Relatório de Gestão do Serviço Social Autônomo Paranaidade, referente ao exercício de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 04/06, do Sr. Luiz Fernando F. Delazari - Presidente da Funrestran, encaminhando Prestação de

Contas, referente ao exercício financeiro de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 110, 111 e 112/06, do Sr. José Henrique Paim Fernandes - Presidente do FNDE, informando liberação de recursos destinados a execução de programas de Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, referente aos Programas PNAE, PNAC-PNAE Creche e PNAI-PNAE Indígena. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 49/06, do Sr. Remigio Todeschini - Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, comunicando convênio celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria com interveniência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, e o Estado do Paraná, objetivando a prorrogação do prazo de execução do Convênio e alteração da Cláusula Orçamentária. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 256/06, do Sr. Cilair Rodrigues de Abreu - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, comunicando celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 050/05, celebrado entre a União Federal e a Associação Menonita de Assistência Social, objetivando apoiar ajuste de processo para a produção de óleo vegetal, visando a substituição de diesel de petróleo e o uso de torta residual pela agricultura familiar do Estado do Paraná. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 260/06, do Sr. Cilair Rodrigues de Abreu - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, comunicando celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 118/05, celebrado entre a União Federal e a Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 177/06, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informação requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre Obras da Estradas do Distrito de Lerroville à Reserva Apucarantina, em Londrina. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 176/06, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informação requerido pelo Deputado Ademar Traiano, que pede esclarecimentos sobre Obras de Recuperação Asfáltica do Trevo de Santo Antônio do Sudoeste ao Distrito de Marcianópolis. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 141/06, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informação requerido pelo Deputado Elio Rusch, que pede esclarecimentos sobre estrada ligando Campo Bonito e Braganey, é integrante ou não do sistema rodo-

viário estadual. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 142/06, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informação requerido pelo Deputado Elio Rusch, que pede esclarecimentos sobre estrada ligando Diamante do Oeste e Ramlândia, é ou não integrante do sistema rodoviário estadual. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 281/06, do Sr. David José de Castro Gouvêa - Coordenador da 9ª Unidade de Infra-Estrutura Terrestre, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Geraldo Cartário, que pede esclarecimentos sobre Posto de Pedágio entre Curitiba e Rio Negro. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

## ***Proposta de Emenda Constitucional***

### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL PROPOSIÇÃO Nº 031/06

Art. 1º O artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar acrescido dos incisos XXIV, XXV e XXVI, com a seguinte redação:

“XXIV - Fica vedada a investidura para cargos em comissão do cônjuge, companheiro ou parente por adoção, consanguíneo, em linha reta e por afinidade até segundo grau:

- a) de Deputados, no âmbito da Assembléia Legislativa;
- b) de Conselheiros, Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;
- c) do Governador, do Vice-Governador, do Procurador-Geral do Estado e dos Secretários de Estado, no âmbito de sua respectiva hierarquia funcional, ou titulares de cargo que lhes sejam equiparados, no âmbito do Poder Executivo Estadual, na administração direta e indireta, excetuando-se, no caso de nomeação para Secretários de Estado, o profissional de notória qualificação técnica na área para qual for nomeado;
- d) de Juízes, Desembargadores e membros, no âmbito do Poder Judiciário;
- e) dos Promotores e Procuradores de Justiça no âmbito do Ministério Público Estadual;
- f) do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais ou titulares de cargos que lhes sejam equiparados, no âmbito do Poder Executivo Municipal e na administração direta e indireta;
- g) dos Vereadores, no âmbito da Câmara Legislativa Municipal; e
- h) do Presidente, Vice-Presidente, Diretores, Conselheiros ou titulares de cargos equivalentes, no âmbito da respectiva autarquia, fundação ou instituição mantida pelo Poder Público, empresa pública e sociedade de economia mista e suas subsidiárias.

XXV - Os titulares com prerrogativa de nomeação, em no máximo 180 (cento e oitenta) dias, procederão à exoneração dos atuais ocupantes dos cargos de que trata o inciso XXIV e alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”.

XXVI - Excetua-se do disposto no inciso XXIV e alíneas, a investidura para cargos em comissão de servidores efetivos, observando-se a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo em origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, vedada, nesta hipótese, a nomeação ou designação para função subordinada à pessoa geradora da incompatibilidade.

Art. 2º O parágrafo 3º do artigo 27 passará a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º A não observância do disposto nos incisos II, III, IV, VIII, IX, XXII, XXIV, XXV e XXVI deste artigo, implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade nos termos da lei.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(aa) CHICO NOROESTE, EDSON STRAPASSON, NELSON JUSTUS, GERALDO CARTÁRIO, NEREU MOURA, ÂNGELO VANHONI, NATÁLIO STICA, VANDERLEI IENSEN, DOBRANDINO DA SILVA, NELSON GARCIA, CLEITON KIELSE, RAFAEL GRECA, MILTINHO PUPIO, ELTON CARLOS WELTER, JOCELITO CANTO, ALEXANDRE CURI, CAÍTO QUINTANA, MAURO MORAES, ARTAGÃO JÚNIOR e PEDRO IVO ILKIV.

#### JUSTIFICATIVA:

Em que pese a notória qualificação dos Parlamentares responsáveis pela elaboração do substitutivo geral da PEC 40, uma análise, ainda que superficial, fere de morte o seu intuito.

Assim sendo, a aprovação precipitada da PEC não atenderá ao interesse público nem ao princípio da moralidade. Senão vejamos.

O *caput* do inciso XXIV apresenta a seguinte redação:

*Fica vedada a investidura para cargos em comissão do cônjuge, companheiro ou parente por adoção, consanguíneo, em linha reta e por afinidade até segundo grau, dos respectivos titulares da prerrogativa de nomeação, inclusive por delegação de competência:*

Ora, a leitura permite concluir que o “parente” do titular da prerrogativa de nomeação não poderá ser nomeado para cargo em comissão.

Agora, pergunte-se: quem possui competência para nomeação no âmbito da Assembléia Legislativa? A mesa diretora. Ou seja, “parente” dos Deputados componentes da mesa diretora não poderá ser nomeado, mas dos demais Deputados poderá.

O mesmo se diga nos demais Poderes. Quem nomeia no Poder Judiciário? O Desembargador Presidente. Assim, seus “parentes” não poderiam ser nomeados. Todavia, inexistiria a vedação para os demais Desembargadores.

Ressalte-se que as alíneas do inciso somente encontram resguardo se interpretados de acordo com o seu *caput*. Logo, permanecendo a redação atual da PEC 40, não só não se alcançaria o seu fim, como também legitimaria maiores absurdos.

Assim, expurga-se tal redação da presente emenda.

Outro equívoco grave que encontramos é na alínea “b” do mesmo inciso. A alínea apresenta uma redação confusa e complexa, não observando princípios basilares do Estado.

O Tribunal de Contas não é “órgão” pertencente ao Poder Executivo. Posto isto, entendemos que o mais conveniente é a divisão em duas alíneas: uma destinada especificamente ao Tribunal de Contas e outra ao Poder Executivo.

Ainda da análise do mesmo dispositivo, encontra-se outro equívoco. A atual redação implica a vedação de nomeação de dois parentes pela mesma autoridade, o que não é objetivo da presente emenda. Vejamos um exemplo prático para o melhor entendimento.

Diz a alínea “b” ser vedada a nomeação para cargo em comissão de “parente” de Secretário de Estado. Logo, se o Governador nomeia o sujeito X para Secretário de Estado, não poderá ser nomeado nenhum parente do sujeito X para outro cargo em comissão no Executivo.

A PEC visa a proibição de que o sujeito X Secretário de Estado nomeie seu “parente” para cargo em comissão. Não é seu objetivo a vedação de que o Governador nomeie o “parente” do sujeito X para qualquer outro cargo em comissão. Não deve haver vedação a dois irmãos serem Secretários de Estado, mas, sim, de que os dois irmãos sejam “parentes” do Governador.

Portanto, a restrição deve ser apenas no âmbito da prerrogativa de nomeação de cada agente, conforme a presente emenda à redação.

Criada mais uma alínea e dada melhor técnica de redação, passamos à análise da “vedação” do nepotismo no âmbito do Poder Executivo.

Certamente a PEC 40/05 visa moralizar a Administração Pública. Sem dúvidas, tal iniciativa é amparada pelos preceitos maiores do Estado Democrático de Direito.

Mas, como notoriamente é divagado pela doutrina, os princípios demandam aplicação interpretativa. Como salienta o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Eros Roberto Grau, há uma integração entre os princípios constitucionais formando um verdadeiro “jogo de princípios”. Por este motivo, não há possibilidade de aplicação absoluta de um princípio em detrimento de outro de mesmo nível hierárquico em sede abstrata.

A nomeação de parente para cargo público, por si só, não gera a imoralidade. O abuso infundado, sim.

Assim, tem-se que se aplicando conjuntamente os princípios da eficiência administrativa e da moralidade, ambos previstos pelo artigo 37 da Constituição Federal, a melhor leitura que se pode fazer da PEC é a aqui proposta.

É necessária uma limitação ao arbítrio. Há muito que se consagrou o brocardo “todo o Poder emana do povo e em seu nome será exercido”. A Administração Pública não é de propriedade do governante, sendo este apenas “procurador” do interesse público.

Mas, é inconcebível expurgar-se pessoas **competentes** de seus respectivos cargos pelo fato de serem parentes da autoridade que os nomeou. Ademais, no gênero “Povo” está também o cidadão parente do governante.

Portanto, em nome do melhor atendimento ao interesse público, afigura-se de maior justiça seja vedado o nepotismo, todavia, garantindo a possibilidade de nomeação do “parente” para os cargos em que possua **notória capacidade técnica na área de atuação para a qual for designado**.

Veja-se que o vocábulo “notória”, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, traduz-se em “conhecimento de todos; público, manifesto”. Logo, o controle por esta Casa e pela própria população, contra abusos eventualmente cometidos, torna-se plenamente viável. Por outro lado, garante-se, ainda, a nomeação de pessoa capacitada para o cargo que requisita tal tratamento.

Afinal, quanto maior a capacidade técnica, melhor atender-se-á ao interesse público.

O inciso XXVI da PEC 40/05 igualmente possui uma redação confusa. O excesso de zelo implicou a inoquidade do dispositivo, além de trazer distorções à isonomia que nem mesmo a Constituição Federal de 1988 comportou.

Veja-se sua redação original:

*XXVI - Excetua-se do disposto no inciso XXIV e alíneas **a investidura para cargos em comissão de servidores ocupantes de empregos ou cargo efetivo admitidos por concurso público, ou de qualquer outra pessoa, observando-se a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, vedada, em qualquer caso a nomeação ou designação para servir subordinado à pessoa geradora da incompatibilidade.***

Há evidente excesso em tal dispositivo. Segundo o artigo 37, II da Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Ora, se o servidor é efetivo, é ocupante de cargo ou emprego de provimento efetivo. A recíproca é verda-

deira: se o cargo ou emprego é de provimento efetivo, o seu preenchimento pressupõe seja o servidor efetivo.

Remetendo-se novamente à redação do inciso II do artigo 37 da Constituição federal, conclui-se que o servidor somente será efetivo se aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Estas distorções não podem permanecer, pois a Constituição Federal de 1988, através do artigo 19 da ADCT recepcionou e aperfeiçoou toda a estrutura do funcionalismo público, inclusive acomodando e respeitando o ato jurídico perfeito e o direito adquirido, dando aos servidores um tratamento isonômico:

*Art. 19. ADCT. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, a pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma reguladora pelo artigo 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.*

Nem todos os servidores públicos efetivos foram admitidos por concurso. A PEC cria, portanto, uma distinção entre pessoas que se encontram sob o mesmo regime.

A Lei Estadual 10.219/92 previu:

*Art. 70. Os atuais servidores da administração direta e das autarquias, ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho, terão seus empregos transformados em cargos públicos na data da publicação desta lei.*

Isso porque, no mesmo diapasão, a Lei Federal 8112/90 previu:

*Art. 243. Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta Lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores dos Poderes da União, dos ex-Territórios, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas, regidos pela Lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, ou pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, exceto os contratados por prazo determinado, cujos contratos não poderão ser prorrogados após o vencimento do prazo de prorrogação.*

Ambas as normas serviram para regular uma situação transitória, qual seja a da transposição dos servidores e empregados públicos para um único regime normativo. Já cumpriram o seu papel.

Ambas as normas têm indiscutível constitucionalidade, posto que, anteriormente à Emenda 19/98 (Reforma Administrativa), instituiu para todas as esferas e níveis da administração pública um regime jurídico único. Para tanto, à época (outubro de 1988), foi imposto o prazo de dezoito meses para que se compatibilizasse o quadro de pessoal, segundo está previsto no artigo 24 do chamado Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Em 11 de dezembro de 1990, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a Lei nº

8112/90, que instituiu o “Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais”.

Sendo assim, visando definitivamente a melhor forma de se atender os princípios que regem a Administração Pública, os Deputados que ao final subscrevem apresentam esta proposição de emenda à Constituição.

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 862

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação da presente Sessão Ordinária pelo período de 02 (duas) horas.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

### REQUERIMENTO Nº 845

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

### REQUERIMENTO Nº 846

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, a realização de Sessão Solene no dia 09 de maio de 2006, às 17h00, para lançamento da Agenda Legislativa da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

### REQUERIMENTO Nº 844

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 16 de maio próximo, para homenagear a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia e a Associação Ecumênica de Curitiba, que foram agraciadas com o Prêmio Bem Eficiente, pelo maravilhoso trabalho realizado pelas associações em benefício da sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

### REQUERIMENTO Nº 860

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido

o douto Plenário, a anexação da Proposta de Emenda Constitucional apresentada e apoiada no dia de hoje por diversos Parlamentares, com a PEC nº 40/05, a fim de que sejam evitadas, em sua redação final, imperfeições.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Nereu Moura, Cleiton Kielse, Edson Strapasson, Vanderlei Jensen, Antonio Anibelli, Rafael Greca e Alexandre Curi.

#### REQUERIMENTO Nº 837

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Santos, pelo falecimento do Sr. Albino Tadeu Santos, ocorrido no dia 14 de abril do corrente ano.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à família Santos, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Carlos Alberto Ribeiro, 182 - Centro - Bocaiúva do Sul - PR, CEP 83.450-000.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 838

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Gasparin, pelo falecimento do Sr. João José Gasparin, ocorrido no dia 16 de abril do corrente ano.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à família Gasparin, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Antônio Gasparin, nº 34 Bacaetava - Colombo - PR, CEP 83.414-520.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 848

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município de Altamira do Paraná, em 27 de abril deste mês.

O município de Altamira do Paraná comemora sua emancipação política, social e econômica.

Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região.

As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na economia.

Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Altamira do Paraná por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis seja dada ciência ao Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Ademar Klein, ao Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Vereador José Amaro Bittencourt Filho, assim como ao Vice-Prefeito, Vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura e Câmara Municipal, ambos na Rua Cantú, 180, Altamira do Paraná-PR. CEP: 85.280-000.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 849

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município de Guaratuba, em 29 de abril deste mês.

O município de Guaratuba comemora sua emancipação política, social e econômica.

Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região.

As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na economia.

Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Guaratuba por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis seja dada ciência ao Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Miguel Jamur, ao Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Vereador Antonio Júnior, assim como ao Vice-Prefeito, Vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura na Av. 29 de abril, 425 e na Câmara Municipal, na

Rua Capitão João Pedro, 195 - Guaratuba-PR. CEP: 83.280-000.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 850

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município de Capitão Leônidas Marques, em 28 de abril deste mês.

O município de Capitão Leônidas Marques comemora sua emancipação política, social e econômica. Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região. As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na economia.

Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região. Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Capitão Leônidas Marques por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Claudiomiro Quadri, ao Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Vereador Rubin Pilger, assim como ao Vice-Prefeito, Vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura na Av. Tancredo Neves, 502 e na Câmara Municipal, na Av. Iguaçu, 180 - Capitão Leônidas Marques-PR. CEP: 85.790-000.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 851

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município de Quarto Centenário, em 29 de abril deste mês.

O município de Quarto Centenário comemora sua emancipação política, social e econômica. Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região. As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na economia.

Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região. Na qualidade de

representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Quarto Centenário por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Reinaldo Krachinski, ao Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Vereador Sidnei Besani, assim como ao Vice-Prefeito, Vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura na Av. Raposo Tavares, s/n e na Câmara Municipal, na Av. Paraná, 1269 - Quarto Centenário-PR. CEP: 87.365-000.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 859

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município de Espigão Alto do Iguaçu, em 18 de abril deste mês.

O município de Espigão Alto do Iguaçu comemora sua emancipação política, social e econômica. Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região. As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na economia. Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região. Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Espigão Alto do Iguaçu por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Agenor Bertoncello, ao Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Vereador Odécio Ceccato, assim como ao Vice-Prefeito, Vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura na Av. Brasília, 147 e na Câmara Municipal, na Av. Brasília, 149 - Espigão Alto do Iguaçu-PR. CEP: 85.465-000.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 842

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pelo Dia do Contabilista.

Dia 25 de abril é uma data especial porque reverencia uma classe que está por trás do sucesso de muitas categorias econômicas, políticas e intelectuais da sociedade. O trabalho do profissional contábil está diretamente ligado ao desenvolvimento do país, desde questões mais simples, com o balanço de uma pequena empresa ou a declaração de um imposto de renda, a questão mais complexas, como a gestão governamental de uma cidade, estado ou país.

Parabéns contabilistas, pela importância de seu trabalho, pela humildade da sua colocação, e pela nobreza de sua função.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis seja dado ciência aos contabilistas do Estado do Paraná, em nome do Presidente do Sindicato dos Contabilistas do Paraná, Sr. Divonzir Chiminacio, na Av. Senador Souza Naves, 381, assim como ao Presidente da Federação dos Contabilistas do Paraná - Fecopar, Sr. Antônio Carlos Doró, na Rua Portugal, nº 410 - Curitiba-PR, ambos em Curitiba.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 842

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui, respeitosamente REQUERER votos de louvor à Revista Phoenix Informação, pela qualidade das reportagens veiculares, em especial na defesa do meio-ambiente.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 834

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de votos de regozijo ao Sr. Paulo Roberto Lima Garcindo Fernandes de Sá, pela posse ocorrida em 01.04.2006, como Presidente do CD - Conselho Deliberativo da CEU - Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná, desejando sucesso e felicidades em sua gestão 2.006/2007.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Luiz Leão, nº 01, Centro Cívico, Curitiba - PR - Brasil, CEP: 80.030-010.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 841

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos

da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Adeval Evangelista Camargo.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 835

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de votos de repúdio contra as Ações Administrativas e ilegais executadas pela Prefeitura Municipal de Maringá, em face dos Servidores e Dirigentes do Sismmar - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maringá.

As ações de transferência de setores, aconselhamento de não envolvimento em lutas de categoria sindical e a instauração de processos administrativos por parte do atual Prefeito, Sr. Sílvia Magalhães Barros II, em face dos servidores municipais, ferem o mais básico preceito constitucional, o da liberdade de associação, que neste caso, é a autonomia da Atividade Sindical dos Servidores, sem nenhuma interferência do Poder Público, quer seja ele Municipal, Estadual ou Federal.

As perseguições chegam até à diminuição, por projeto de lei complementar em trâmite na Casa Legislativa do Município, de quatro diretores disponibilizados ao Sindicato para apenas um.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência aos interessados no endereço: Rua Neo Alves Martins, nº 1.334, Vila Operária, Maringá - Paraná - Brasil, CEP: 87.050-110.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 858

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante firmado, facultado pelas disposições regimentais, REQUER, depois ouvido o duto Plenário, seja oficiado à BrasilTelecom, na pessoa do Sr. Cláudio Augusto Santos, da Gerência de Telefonia Pública, para que seja estudada a viabilidade e adotadas providências no sentido de serem instalados postos telefônicos nas localidades de Capão Bonito, 1ª Faixa e Água Vermelha, no município da Lapa, neste Estado.

Segundo lideranças locais, a necessidade dessa prestação de serviços de telefonia pública é muito urgente nessas localidades, visto que essas comunidades têm uma média de oitocentos moradores cada uma, e que permanecem isoladas por falta desse meio de comunicação.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se que seja encaminhado ao Sr. Cláudio Augusto dos Santos, Gerente de Telefonia Pública da BrasilTelecom, Avenida Manoel Ribas, 115 - CEP: 80.510-020 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 839

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando providências para solucionar o impasse instalado no Colégio Estadual Adélia Dionísio Barbosa, de Londrina, em função da falta de segurança para os alunos do período noturno que não conseguem cumprir a carga horária determinada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 840

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando informações quanto as providências para solucionar o impasse instalado no Colégio Estadual Adélia Dionísio Barbosa, de Londrina, em função da falta de segurança para os alunos do período noturno que não conseguem cumprir a carga horária determinada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 853

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor da BrasilTelecom filial Paraná, Sr. Amílcar Pizzetta Marques, solicitando a instalação de telefone público no Jardim Caluana, município de Ibiporã. Os líderes comunitários solicitam também a isenção ou a negociação da taxa de R\$ 300,000 que é cobrada pela empresa para a instalação de telefone público. Vale ressaltar a necessidade e a importância deste telefone àquela população.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 854

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente da América Latina Logística no Brasil, Sr. Ber-

nardo Hess, solicitando a capina do mato que acompanha toda a linha férrea nos trechos em que esta cruza o perímetro urbano de Ibiporã.

Vale ressaltar que esta foi uma reivindicação de liderança comunitárias do Município - que atestaram os prejuízos causados pelo mato - durante reunião que contou com a presença deste Deputado Estadual e do Prefeito Municipal Alberto Baccarim.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 855

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Coordenador do Serviço de Urgência e Emergência da Secretaria de Estado da Saúde, Dr. Marco Fatuch, solicitando agilidade no atendimento feito pelo SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) para o bairro Jardim Caluana, no município de Ibiporã. Segundo atestou a Sra. Vilma Esteves Ferreira - moradora na Rua Laudelino Pires Moraes, nº 75 - ela tentou por cerca de meia hora contato com o SAMU e foi lhe dito que a localidade era muito distante e ela não poderia ser atendida.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 847

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado pedido de informação ao Secretário da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, sobre o repasse de recursos para o município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informações busca esclarecer os motivos pelo qual o único Hospital Municipal de São José dos Pinhais - Talamini, encontra-se tão somente com atendimento pediátrico e para gestantes. Em caso de emergência os pacientes são encaminhados para o SAMU, e posteriormente, dependendo da situação, são conduzindo para hospitais de Curitiba, dificultando o atendimento, pois os hospitais encontram-se com superlotação, muitas vezes colocando em risco a vida dos pacientes.

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 195/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, o Clube de Mães Nossa Senhora de Fátima, do

Bairro Margarida Galvan, com sede e foro na cidade de Comarca de Dois Vizinhos, Paraná.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO  
JUSTIFICATIVA:

Tem o presente projeto de lei o objetivo de transformar como de Utilidade Pública Estadual, o clube de Mães Nossa Senhora de Fátima, do bairro Margarida Galvan, da cidade de Dois Vizinhos.

A entidade em questão está constituída e cumprindo suas atribuições sociais e sem fins lucrativos há mais de um ano e meio, trazendo benefícios em favor da população do bairro onde foi constituída.

Em fevereiro deste ano foi reconhecida como de Utilidade Pública Municipal, através de Lei nº 1.226/06, de 23.02.06.

O reconhecimento como Utilidade Pública Estadual será de relevante importância para a entidade que estará apta a participar de programas governamentais e também daqueles coordenados por entidades não governamentais.

Assim sendo, conto com a aprovação dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 196/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Sapopema em Desenvolvimento, com sede no município de Sapopema e foro no município de Curiúva, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA  
JUSTIFICATIVA:

A Associação Sapopema em Desenvolvimento é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com finalidade filantrópica, inspirada na necessidade de promover a valorização da pessoa humana.

Fundada em 26/11/2004, a entidade tem por finalidade oportunizar o desenvolvimento social, emocional e intelectual de crianças e adolescentes carentes; organizar programas que visem o atendimento familiar; promover o atendimento à maternidade e à infância através do trabalho com gestantes e nutrízes; atuar para melhorar a condição de vida da população carente, através da educação popular e programas na área da saúde; promoção da cultura, defesa e preservação do patrimônio histórico e artístico; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e

promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado; experimentação de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego, serviços, artesanato e crédito; desenvolver atividades de requalificação e atualização profissional com realização de treinamentos e cursos; desenvolver programas e projetos de apoio às instituições do terceiro setor; e, integrar as atividades escolares dos cursos técnicos e superior com o mercado de trabalho.

Em 2005 promoveu campanha para arrecadação de agasalho e alimentos, criou a Associação de Estudantes com o intuito de incentivar o jovem a ingressar em curso superior. Realizou palestras nas comunidades incentivando a formação de associações de moradores e preservação do meio ambiente.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa organização a favor da comunidade.

### *Pequeno Expediente:*

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Ratinho Júnior.

### *Deputado Ratinho Júnior (PPS)*

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Queremos, em primeiro lugar, cumprimentar os nossos visitantes.

Subimos à tribuna no dia de hoje para falar sobre um assunto que vem tomando a pauta de debates aqui da Assembléia Legislativa já há algum tempo, e que sem dúvida alguma é um assunto que, assim que desfeito esse debate, terminado esse debate, vai ser um marco para a história política do Estado do Paraná, que é a questão do nepotismo.

Estamos vendo o Governo do Estado do Paraná no embate com a Assembléia Legislativa, principalmente no embate com os Deputados e Deputadas que estão lutando, e que votaram na primeira discussão contra o nepotismo, e que está inclusive criando uma má imagem para o Governo do Estado, e lógico, para a Bancada do PMDB, principalmente ao Governador.

É bom lembrarmos o que vem acontecendo e como começou essa história do nepotismo, essa briga contra o nepotismo no Estado do Paraná.

Em maio do ano passado, o Deputado Tadeu Veneri apresentou essa proposta de emenda constitucional, com mais vinte e oito assinaturas de Deputados, - lembrando que no ano passado não tinha nenhuma eleição -, ele apresentou esse projeto, tem o seu trâmite normal dentro da Assembléia Legislativa, que inclusive é um trâmite por natureza demorado por tratar de uma matéria importante que é o nepotismo. E como estava demorando

bastante para ser analisado o projeto, entrei com a assinatura de mais outros Deputados, fazendo pedido de urgência para que fosse votado e analisado o mais rápido possível esse projeto do nepotismo, e há alguns dias atrás votamos.

O Governo, entendendo que esse projeto seria um projeto eleitoral, que não é eleitoral porque entrou no ano passado o pedido para que fosse votado, criou um outro projeto que diz ser mais amplo, que nós entendemos e tem total direito o Governo do Estado querer fazer esse novo projeto. Teria o direito de fazer e seria eleitoral o projeto do Deputado Tadeu Veneri se realmente fosse criado agora, coisa que não aconteceu, foi criado o ano passado. O que tem parecido ser eleitoral é o do Governo do Estado, porque o Governo está aproveitando uma polêmica, porque é um assunto polêmico, para querer colocar o seu projeto dizendo que é mais amplo.

O Governador do Estado está entendendo, e a Bancada do Governo também que esse é um projeto para atingir diretamente o Governador, o que não é verdade; sabemos que o Governador tem os seus parentes, tem alguns familiares no Governo, e ele nunca escondeu isso, inclusive, falou já diversas vezes, inclusive a TV Educativa, que é um nepote de carteirinha.

Então, ele nunca escondeu isso. Não estamos fazendo nenhum projeto e não estamos votando nenhum projeto para atingir o Governador; o que nós estamos discutindo e votando é para acabar com o vício político que existe há séculos, não só no nosso Estado, mas no país, inclusive tomando como exemplo o Judiciário que já acabou com isso, com essa “mamata” de parentes em cargos públicos. Se o parente é competente, que concorra a um concurso público. É simples.

Parece que o Governo vê de outra maneira. A Bancada Governista vê de outra maneira. Quer fazer uma polêmica que, inclusive, está atingindo diretamente o Governador e está ficando ruim para ele, dizendo que esse projeto não atinge todas as áreas, que é um projeto pequeno. Pode até ser, do ponto de vista da Bancada Governista, mas entendemos, acredito que os quarenta Deputados que votaram o projeto contra o nepotismo, entendem que não, que é um projeto importante para ser votado, que tem que ser votado, que a população quer que seja votado.

Hoje, inclusive, o jornal Gazeta do Povo traz que 83% da população mostra-se favorável a acabar com o nepotismo. Então, estamos seguindo aquilo que a população paranaense deseja e quer da política paranaense.

Quero pedir à Bancada Governista, Deputado Nereu Moura, que vem liderando a Bancada Governista, junto com o Líder do Governo, para que entendam que é importante primeiro votar. Vamos votar esse projeto. O senhor sabe, Deputado Nereu Moura, todos os Deputados e Deputadas, que temos a prerrogativa, depois de aprovado esse projeto, de poder mudar inclusive o texto constitucional. Eu sou favorável a isso, porque acho que pode ser ampliada essa lei.

Entendemos e sabemos que podemos melhorar esse texto constitucional, depois de sancionado, depois de promulgado pelo Presidente da Assembléia. Queremos pedir o bom-senso da Bancada Governista porque está “pegando mal”. Não está ficando bem essa discussão, porque está aparentando que o Governador, o Governo do Estado e a Bancada Governista não desejam a aprovação do projeto do nepotismo.

Nós temos que ampliar, que melhorar, e vamos fazer isso, mas é importante ser votado para acabar com um vício histórico e maldito, que é o nepotismo no Estado do Paraná, e acabar com a “mamata” que temos nos Poderes do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próxima oradora inscrita, Deputada Elza Correia.

### ***Deputado Elza Correia (PMDB)***

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres Colegas, visitantes, trabalhadores que estão, aqui hoje, nesta Casa:

Cinquenta e quatro Deputados, cinquenta Deputados e quatro Deputadas - nenhum de nós, em sua consciência, pode votar a favor do nepotismo. Então, o discurso é esse, porque o Brasil não suporta mais esse tipo de situação. Essa é uma questão.

A outra questão é de fato votar em um projeto, em uma PEC que, efetivamente, proíba o nepotismo de forma efetiva e generalizada, que não permita, em nenhum momento e de nenhuma maneira, a questão do nepotismo cruzado. Dizer que isso também não tem que ser pensado não é sério. Por isso, hoje, vamos travar uma grande discussão, porque todos nós queremos eliminar do Estado do Paraná o nepotismo para contribuir na lisura dos cargos públicos e no funcionamento da máquina pública.

Esse discurso de que tem que ser só esse texto, acho perigoso. Vamos aguardar os acontecimentos, porque já manifestei, anteriormente, a minha vontade e ela persiste e permanece, mas temos fatos novos. Essa é uma questão que, no decorrer da Sessão, vamos ter muito tempo para discutir.

Uso a tribuna, neste momento, para saudar os trabalhadores que estão aqui, preocupados com um projeto extraordinariamente importante do Governador Roberto Requião, propondo um salário estadual, novo salário de R\$ 427,80 a R\$ 437,80 para os trabalhadores filiados e sindicatos e, também, para os trabalhadores domésticos.

Acho que o Paraná sai na frente. É uma grande discussão. É fundamental e importante. Ontem tivemos aqui o Presidente da FIEP. Hoje teremos também representação dos trabalhadores, falando sobre suas posições em relação ao salário-mínimo. E nesta Casa, a Bancada do PMDB e a maioria dos Deputados têm se posicionado de forma clara, inequívoca em defesa de um salário-mínimo

mais digno. Essa é a tese que está permeando aqui na Casa. Tanto a Situação como a Oposição. Não há divergências em relação a isso.

O que nós precisamos? De fato distribuição de renda mais decente; aumentar o poder aquisitivo dos que ganham menos, porque embora o Presidente da FIEP tenha dito ontem para mim, em pergunta direta, que o aumento do salário-mínimo não aquece a economia, isso contraria a tese elementar da economia política que é o contrário. Se o trabalhador ganha mais, ele vai comprar mais. Ao comprar mais há que se produzir mais. E este movimento feito aquece, sem dúvida nenhuma, a economia e dá oportunidade aos trabalhadores que ganham menos, que possam ter uma vida um pouco mais decente. Porque, realmente, mesmo passando para os R\$ 437,80, ainda nós sabemos que os cálculos do Dieese e outras instituições provam que esse salário é incapaz de garantir ao trabalhador a sua cesta básica e a sua condição mínima de vida. Mas, melhoraria, substancialmente.

Por isso a Casa, sem dúvida nenhuma, vai ouvir porque isso faz parte do processo democrático, mas já estou com o meu voto definido. Vou votar com o projeto do Governo, pelo aumento do salário-mínimo, salário diferenciado aqui como já há no Rio de Janeiro. Temos essa possibilidade, estamos amparados, o Governador pode mandar para a Casa. Vamos atender ao grande contingente de trabalhadores que hoje vive numa situação precária, difícil. Se não vai resolver, pode melhorar e poder abrir uma porta para uma possibilidade maior de desenvolvimento e distribuição de renda.

Foi colocado também, pelo Presidente da FIEP, que vai haver demissões, enfraquecimento e que muitas empresas pequenas irão para a informalidade. Mas, também não apresentou dados concretos, números reais em cima dessa questão.

Portanto, acho que os trabalhadores que nos visitem hoje terão a oportunidade de ouvir e participar dessa discussão de fundamental importância. Hoje a Sessão vai ser quente. A questão do nepotismo é realmente um tema polêmico, complexo, mas reafirmo nas minhas palavras finais: nenhum de nós quer votar a favor do nepotismo. Nenhum de nós, Rossoni, nenhum dos 54. Mas, se tivermos a oportunidade, efetivamente, de melhorar esse texto, de melhorar essa redação e fazer com que possamos inviabilizar inclusive o nepotismo cruzado, temos a obrigação política de fazê-lo.

#### O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Apenas um esclarecimento, antes de o Deputado Plauto usar a tribuna, um esclarecimento a esta Casa e aos nossos convidados: já falei com o senhor anteriormente, está nas mãos do Deputado José Maria um panfleto que está sendo distribuído hoje, por um comitê da moralidade e nesse panfleto está dizendo que aprovamos a venda da Copel.

Gostaria apenas de lembrar às pessoas que disseram isso, que eu não era Deputado à época em que a Copel foi vendida. E o Deputado José Maria não votou.

Então, às vezes é bom ter um pouquinho de bom-senso e de memória para não ficar falando besteira.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. não era deputado, era Vereador e a Copel também não foi vendida.

Deputado Plauto Miró Guimarães.

### Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de mais nada, sejam bem-vindos os representantes dos trabalhadores que estão aqui hoje para participar de debate com relação ao salário-mínimo regional.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, um dia tão importante para o Estado do Paraná deixar de marcar uma posição e ao mesmo tempo alertar e lembrar aos Deputados, de tudo aquilo que aconteceu com relação ao nepotismo, no começo da década de 80.

Quero deixar claro que o Partido da Frente Liberal, com os seus quatro Deputados, Nelson Justus, Durval Amaral, Elio Rusch e a nossa pessoa, votamos a favor do fim do nepotismo no Estado do Paraná.

Vimos aqui e estamos vendo hoje, Sr. Presidente, uma posição declarada do Governo do Estado, do Governador, contrário ao fim do nepotismo. Ele quer que continue o direito dos políticos de nomearem parentes em cargos públicos, sem concurso público. É uma posição dele na qual ele defende e os seus Deputados da base aliada nesta Capital - parece-me que em 1ª votação não seguiram a determinação do Governador. Hoje, estamos aqui novamente e esperamos poder aprovar em 2ª discussão essa Proposta de Emenda Constitucional, que vai proibir o nepotismo no Estado do Paraná.

Sr. Presidente, quero voltar ao ano de 1982, quando o atual Governador Roberto Requião, na época eleito Deputado Estadual e na tribuna desta Casa fez um discurso, no qual deixou clara sua posição sobre o nepotismo no Estado do Paraná. Vou ler aqui as suas palavras: *Detemos uma parcela do poder do Estado e temos que dar respostas aos anseios do nosso povo, por melhores condições de vida. No entanto, fique claro, assumimos também para pôr fim ao nepotismo, ao compadrio. Aquilo que os nossos companheiros de Bancada chamam de "mamunha". Assumimos o poder para honrar os compromissos com o povo e para desalojar os barões da "mamunha", que pensavam e pensam que a administração do Estado, se dá ao redor do umbigo.*

O que mudou, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do Deputado Roberto Requião de 1992, para o Governador Roberto Requião de 2006? Lá, em 92, ele criticava e pregava o fim do nepotismo, criticando os seus companhei-

ros de Bancada, que tinham parentes, Deputado Valdir Rossoni, nomeados no Governo. Hoje, ele vem fazer exatamente ao contrário. Ele vem pressionar os seus Deputados nesta Casa, para votar contra a lei do Deputado Tadeu Veneri, que vai acabar com a folia de nomear parentes em cargos em comissão. O que mudou, Deputado Luiz Carlos Martins, da década de 80 para o ano 2006? Não sei. Parece-me que a pressão da sua família está fazendo com que o Governador mude de idéia.

Sabemos, que de acordo com uma ação que o Ministério Público recebeu - uma denúncia que 26 parentes do Governador do Estado compõem os quadros funcionais, em cargos em comissão.

Está aí o alerta, a posição do Governador lá no passado, a posição do Governador no presente, que estamos assistindo, a pressão que ele faz aos seus Deputados para que eles mudem a posição que tiveram da votação em 1ª discussão, onde quarenta Deputados aprovaram. E vamos analisar hoje a posição de cada um dos Deputados.

A imprensa, que aqui está, tem um papel importante, que é divulgar e publicar quem votou em 1ª discussão de uma forma e quem votou em 2ª discussão de outra. Isso é importante para que os paranaenses saibam o que acontece aqui dentro da Assembléia Legislativa do Paraná. Porque o discurso lá fora é um e a posição aqui dentro, de alguns Parlamentares, não são todos, é outra. É importante se saber, principalmente neste ano eleitoral, o que acontece, neste momento, na Assembléia Legislativa do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

## ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Até agora de manhã nenhum grão de soja transgênica havia sido embarcado pelo Porto de Paranaguá. O Governo mais uma vez descumpre uma determinação judicial e descumpre nada mais nada menos do que a mais alta corte da Justiça brasileira, o Supremo Tribunal Federal.

Lamentamos essa atitude do Governo, que usa de um subterfúgio para tentar enganar as autoridades. Deviam ser liberados todos os berços do Porto de Paranaguá para que a soja transgênica pudesse ser embarcada, de acordo com a decisão da última sexta-feira do Supremo Tribunal Federal. Mas, o Governo tenta engambelar, dizendo que apenas 1/3 do Porto de Paranaguá estaria apto a fazer o embarque da soja transgênica produzida em nosso Estado.

Ora, o Estado vai pagar uma multa diária por essa atitude irresponsável do Governo e a imprensa, hoje, está divulgando que o próprio Presidente Lula, preocupado

com a questão do Porto de Paranaguá, teria ligado ao Governador Roberto Requião e sugerido a ele que retirasse o seu irmão do cargo de comando do Porto de Paranaguá e o Governador teria feito “vistas grossas”. Mais uma vez é mais uma “queda de braço”, mais uma briga do Governo do Estado contra a realidade, contra o Judiciário, contra a lei e eu pergunto: quais são os resultados positivos, práticos para o povo do Paraná, para o erário público, para o Governo do Estado?

Nenhum. Foi assim na questão do pedágio, que deveria ser encampado segundo o Governo, mas não passou de mais uma balela. Foi assim na questão das contas do Banco Itaú e mais uma vez o Paraná perdeu na Justiça. A proibição e perseguição àqueles que plantaram produtos como a soja transgênica e agora a multa diária que deverá ser aplicada também à TV Educativa, que é usurpada de forma peremptória pelo próprio Governo do Estado, que diariamente faz propaganda partidária pessoal, usando um órgão de divulgação que deveria ser das instituições paranaenses e não da família Mello e Silva. Tantas batalhas que encobrem, na verdade, a inoperância deste Estado. Quais são as vitórias? Quais foram as empresas que foram instaladas, por exemplo, com mais de quinhentos empregos?

Na minha cidade, na minha região, em Londrina e no Norte do Paraná não existe nenhuma, como não existe nenhuma grande ou média obra que está sendo executada com recursos do Governo do Estado. Que pena chegarmos a esse tipo de constatação, quando vimos que o Porto de São Francisco teve um aumento de 192% na movimentação de soja transgênica, Santos 22% e o Porto de Paranaguá perdendo a cada dia divisas, perdendo importância como o maior porto graneleiro que foi, do Hemisfério Sul do nosso planeta, lamentavelmente. Uma teimosia irresponsável de um Governador que gosta de eleger inimigos, que gosta de criar casos, mas que não governa, que não tem responsabilidade de encampar lutas em favor do povo e não em favor de meia dúzia ou em favor de uma família, como é o caso aqui, mais uma vez para proteger o seu irmão, protegendo os seus 26 parentes.

É lamentável que tenhamos alguém que descumpra a Constituição, Sr. Presidente Augustinho Zucchi, e nós, com toda a responsabilidade que o nosso cargo merece e que deveria ter de todos nós, homens públicos, pelo menos o respeito para com a nossa população, vamos pagar esta conta, esta multa diária que estamos sendo obrigados a recolher para a justiça, pode não ser paga agora, mas daqui a um, dois, três, ou quem sabe quatro, cinco anos, vai ter que ser paga e não é o Governador que vai pagar, é a população paranaense, é o futuro Governador. Serão através de precatórios ou de qualquer outro tipo de ação, impedindo talvez até o aporte de recursos federais no nosso Estado e isto é profundamente lamentável.

E nós, mais uma vez, deixamos registrada aqui esta nossa posição que não é pessoal, mas é uma constatação, infelizmente, que somos obrigados a fazer aqui - onde é que ficam os produtores rurais que hoje não sabem se

podem ou não plantar a soja ou se podem, não podem embarcar pelo nosso Porto? Como é que ficam os caminhoneiros dias e dias fora de suas residências; às vezes tendo que pagar a conta, porque o que embarca acaba não ressarcindo esses próprios caminhoneiros dos prejuízos que terão?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Nereu Moura.

### ***Deputado Nereu Moura (PMDB)***

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que participaram e assistem a Sessão.

Hoje, estamos vivendo uma Sessão agitada, uma Sessão importante como todas aquelas que acontecem aqui nesta Casa. Mas, é importante porque iremos apreciar projetos de lei que irão mexer na vida do povo do Paraná, mexer em normas importantes no aspecto jurídico e é por isso que quando se trata de um assunto palpitante, de um assunto polêmico, ninguém mais que uma Casa, um Poder, como é o Poder Legislativo, sente pulsar nas suas veias todo o imbrólio que concerne qualquer discussão política.

Nós, Sr. Presidente, vamos votar hoje a PEC nº 40, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. E antecipo aqui aos Srs. a Sras. que nós, do PMDB, somos, assim como o Governador Requião, como disse o Deputado Plauto, lá em 82 subiu a esta tribuna para dizer que era contra o nepotismo e continua sendo. Não mudou uma vírgula. Continua firme, tanto que mandou para esta casa uma mensagem, uma proposta constitucional muito mais ampla do que a emenda que nós estamos apreciando aqui, a emenda nº 40. O Governador não mudou e nem o PMDB mudou. Continuamos na mesma linha e temos o cuidado para discutir este assunto porque não nos interessam os aplausos e nem as vaias. Afinal de contas, fomos eleitos para fazer leis neste Parlamento, leis que tenham duração eterna, não é lei para atingir o Requião ou quem quer que seja, é lei, norma, determinação jurídica que tenha valor eterno, que transcenda este Governo e os outros que virão! Portanto, não nos preocupa as manifestações, afinal de contas, Sr. Presidente, a lei nasce do conceito popular e ela é feita exatamente para disciplinar a conduta dos seres humanos. Isso nós aprendemos estudando Direito Romano, que é onde nasceu o Direito.

Estamos tranquilos e vamos debater esta questão sem nenhum medo, sem nos escondemos! Assim como o Deputado Plauto Miró Guimarães usou da tribuna, um Deputado que nós admiramos, corajoso, firme, assim como ele também foi firme quando aqui nesta Casa votou a favor da venda da Copel e não saiu do plenário, votou a favor da venda do Banestado e não saiu do plenário, ficou

firme em plenário, assim como também votou a favor da venda da Sanepar e não saiu do plenário, nós, Sr. Presidente, vamos votar esta proposta de lei...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto V. Exa. se vai fazer uso do horário da liderança.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Concluo, Sr. Presidente. Temos tempo para discutir este tema, vamos voltar a abordá-lo ainda hoje com argumento, com consistência para mostrar que o que queremos para o Paraná não é discurso fácil, não é oportunismo eleitoral da véspera da eleição! O que nós queremos é uma norma jurídica, não para o Requião, mas para todo o povo do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Augustinho Tadeu Veneri, no Pequeno Expediente.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes:

Não vou responder, obviamente, àquilo que disse aqui o Deputado Nereu Moura até porque eu concordo com o Deputado que nós não devemos ter projetos oportunistas; o projeto sobre o nepotismo nós apresentamos em maio do ano passado e não duas sessões antes de votarmos, como foi feito pelo Palácio Iguaçu, por isso mesmo nós o apresentamos há um ano atrás. Entendemos que não se deve ter oportunismo, sim,...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Tadeu, só um minutinho, por favor.

Gostaria de solicitar aos nosso visitantes que pudessem ouvir os Deputados que vão à tribuna e não se manifestassem, por favor, senão não temos condição de continuar a Sessão. Isso porque é dado o direito aos Parlamentares de expressarem suas posições. Peço a compreensão de todos.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Sr. Presidente.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse é um debate que realmente a Assembléia tem que fazer e tem que fazer não apenas porque ela quer, a Assembléia tem que fazer como fez aqui o debate sobre a venda da Copel, porque há hoje, na sociedade, uma insatisfação com o deboche, com o descaso, uma insatisfação muito grande com a prepotência e a arrogância com que alguns que têm o poder de nomear. Eu não estou falando deste ou daquele, nós temos no Paraná, hoje, cerca de 7,8 mil pessoas que estão na condição de serem nomeados pela única relação de grau de parentesco! É óbvio que entre essas pessoas existe gente competente, que tem capaci-

dade, e é óbvio que tem muita gente que só está ali pela única forma que tem de estar: pela relação de grau de parentesco.

Até entendo que nós, hoje, temos uma tarefa: a tarefa é dizermos para a sociedade se somos favoráveis a fazer com que o Paraná seja um Estado de fato, dentro de um período republicano, um Estado que venha a fazer aquilo que as Constituições Federal e Estadual prevêm nos seus artigos 37 e 27, a moralidade, a impessoalidade, a transparência, a eficiência, na contratação do serviço público.

Ora! Não precisamos nem discutirmos aqui, como foi dito recentemente, um projeto a respeito de nepotismo. Concorde, não precisaríamos, não fosse a farra que acontece no Brasil inteiro, onde cerca de 524 mil cargos são comissionados, de livre provimento. Não fosse a situação que encontramos em prefeituras, como Pinhão, por exemplo, uma Prefeitura em uma cidade pequena, que tem 33 parentes do Prefeito; ou aqui em Campo Magro; ou em qualquer outro município que os senhores queiram procurar; ou em qualquer lugar deste país.

Por isso mesmo, este projeto - ainda que alguns tentem personalizá-lo, ainda que alguns pensem que são o centro do mundo, que são o centro do universo, este projeto não tem o dom de ser um projeto que personalize, que persiga e que faça como na inquisição: busque levar à fogueira aqueles que são contrários. Não. Não é este o condão deste projeto. O que nós queremos é transformar uma relação que hoje é de casa grande, uma relação onde o senhor da casa grande diz quem deve ficar dentro da casa e ao restante da sociedade cabe apenas bancar.

O que queremos é ter uma relação não da colônia. Queremos ter uma relação da República. E a República não admite privilégios. A República não admite que alguns, por terem o sangue, a relação consanguínea, de parentesco, sejam diferenciados dos demais. Nenhum das senhoras e dos senhores, nenhum dos Srs. Deputados, em nenhum momento pode se achar acima da Constituição Federal. Nenhum de nós, pelo cargo que tivermos, do Presidente da República ao mais humilde trabalhador...

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Martins**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. TADEU VENERI (PT)

... nenhum está acima da Constituição. Ainda que assim se julgue, ainda que se ache no direito de chamar de “patifes” aos outros, de xingar meio mundo, não é com arrogância que vamos resolver este problema e, sim, votando um projeto que elimina definitivamente o nepotismo, que é uma “praga” que está no Estado do Paraná e no Brasil.

Termino, Sr. Presidente, lendo um trecho do Henfil, que muito nos ensinou, inclusive quando seu irmão fez a campanha contra a fome: “Não é o desafio com que nos deparamos quem determina quem somos e o que estamos nos tornando, mas a maneira como respondemos

ao desafio. Somos combatentes, idealistas, porque o ter consciência não nos obriga a ter teoria sobre as coisas, só nos obriga a sermos conscientes. Problemas para vencer, liberdade para aprovar. E enquanto acreditarmos nos nossos sonhos, nada é por acaso”. Inclusive o fim do nepotismo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

**Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Fui até a cidade de Quatro Barras, hoje, para visitar a família da Giovana, que foi seqüestrada, violentada e morta, e não poderia deixar de fazer a constatação do que lá vi. Não temos um policial militar na cidade de Quatro Barras. Investigações estão sendo feitas pela delegada, que praticamente tem que fechar a Delegacia, deixando lá o superintendente, para sair e fazer as investigações, no caso desta menor que foi violentada e assassinada na semana passada e a cidade está de luto.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, eu que sempre fui um combativo do Governador Roberto Requião, tenho que me prostrar à vontade e ao seu desejo, através de seus ensinamentos, através daquilo que ele também nos deu de bom.

Hoje, vou seguir aqui a orientação do Governador Roberto Requião com relação ao voto no projeto do nepotismo. O Governador Roberto Requião estava certo. Ele, Deputado Ratinho, que já usou da tribuna hoje, Srs. Deputados, ao comitê da imprensa, que quando falei que iria votar dentro do ensinamento do Governador Roberto Requião, alguns ficaram pasmados, porque eu sempre mantive aqui, desde o primeiro dia que assumi, uma posição coerente de Oposição. E hoje vou seguir a orientação e o ensinamento do Governador.

Quero aplaudir o Governador Roberto Requião de Mello e Silva com seu discurso, um discurso que nos deu o norte, que foi a bússola que nos ensinou e nos guiou durante muitos anos, quando o Governador Roberto Requião de Mello e Silva disse: “Que fique bem claro: assumimos também para pôr fim ao nepotismo, ao compadrio, àquilo que um de nossos companheiros de Bancada chama de “mumunha”. Não vamos repetir, hoje, o que condenávamos ontem, o que condenávamos no passado. “Mumunha” é o ato de empregar parentes sem concurso público. “Mumunha” é a velha prática de conseguir vantagens através do uso de funções públicas. E a “mumunha” que eu quero acabar e que vocês querem acabar, é esta “mumunha” de empregar irmãos, sobrinhos, parentes de modo geral. É o fim do compadrio”.

Eu estou com o Governador Roberto Requião. Sigo seu ensinamento. Foi ele quem fez este discurso, nesta tribuna, em 1983, dizendo que assumia para acabar com a “mumunha”, com o compadrio, com o nepotismo. E eu estou com você, Requião, e não abro. Voto pelo fim do nepotismo. Voto no teu ensinamento, Governador Roberto Requião. Estou com você. Pelo menos hoje nós estamos juntos naquilo que V. Exa. prega ou pregou.

Muito obrigado!

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Grande Expediente da Sessão de hoje está reservado ao convite que fizemos à Força Sindical, através do Presidente Sérgio, para que usasse da palavra sobre o projeto de lei do salário-mínimo regional.

Quero alertar a todos os amigos que visitam esta Casa, hoje, que este projeto de lei será votado na primeira semana de maio. Já foi feito um calendário, depois de ouvirmos todos os segmentos da sociedade paranaense.

Antes do nosso convidado, que nos honra com a sua presença e aceitou de pronto o nosso convite, quero alertar os Srs. Parlamentares que vamos cumprir o que foi estabelecido antes de ouvirmos os convidados. O convidado vem, coloca a sua posição e não será concedido aparte aos senhores.

## ***O Sr. Sérgio - Presidente da Força Sindical***

O SR. SÉRGIO

É uma satisfação para a Força Sindical estar presente neste dia tão importante para o Estado do Paraná, discutindo duas questões polêmicas, mas a Força Sindical tem uma posição de quatro anos atrás, quando foi implantado e discutido projeto de lei no Rio Grande do Sul sobre a questão do salário-mínimo e hoje, fortalece mais do que nunca a nossa posição, da necessidade da aprovação do salário-mínimo diferenciado do que nós temos no nacional. Se olharmos os indicadores do Paraná, hoje, como o PIB nacional, o Paraná é o quinto maior PIB. E se olharmos a questão social, o nosso Estado tem os maiores indicadores sociais negativos em termos de renda por família, em termos de distribuição de salários. Se olharmos a questão da distribuição de renda e salário, o menor salário, Sr. Presidente, com o maior salário se compararmos, o Estado do Paraná é detentor do pior índice da Região Sul.

Dezesseis salários do menor para o maior, é a diferença, se temos trabalhadores em qualquer local. Enquanto nós temos em Santa Catarina a diferença de um para dez, no Rio Grande do Sul, é de um para treze. Se olharmos a questão da remuneração dos salários dos trabalhadores do Estado, nós vamos ver que no Estado também é complicado. A questão das domésticas, por

exemplo, a renda familiar das domésticas, por pessoas na sua família, hoje, 23% das famílias que têm empregada doméstica, ganham até meio salário-mínimo. No Rio Grande do Sul é 20% e em Santa Catarina é 13%.

Se olharmos os empregados que têm carteira assinada, a renda *per capita* dessas famílias hoje, no nosso Estado, que ganham meio salário-mínimo, é 6,7%. No Rio Grande do Sul é 5,8%. Em Santa Catarina é 4,3%.

Então, Sr. Presidente, com os indicadores que temos no Estado hoje, é uma questão social se aprovarmos um salário-mínimo melhor. Não vai resolver o problema social no Paraná, como não vai resolver nos outros locais do Brasil, mas vai amenizar. Se dermos um poder aquisitivo para essas quase quinhentas mil pessoas que poderão ser beneficiadas, certamente daremos melhores condições de compra para esses trabalhadores que poderão consumir mais e alguns setores que são contrários, por exemplo, o setor de tecelagem, que diz que haverá desemprego, quem sabe, vai melhorar, porque vamos consumir mais. Alimentação: vamos consumir mais. A Força Sindical, recentemente, defendeu, junto ao Governo do Estado, uma comissão para discutir a questão da gripe aviária.

Discutem-se questões separadas. Também não é verdade que não acreditamos no depoimento do Presidente da Fiep, porque em janeiro ele colocou uma posição pessoal que era favorável ao salário-mínimo. Ontem, ele foi contra! É lógico que ontem ele falou como Presidente da FIEP e em janeiro, como pessoa física, não como representante de uma entidade.

Entendemos que se já temos entre os próprios empresários a indicação de que é possível, sim, na grande maioria das entidades patronais, pagar tranquilamente esse piso salarial estadual. Basta dizer o seguinte: além de melhorar esses indicadores sociais e que esta Casa é responsável por ele também, porque se votam as leis, então, a votar o melhor salário-mínimo, estaremos melhorando as condições salariais dos trabalhadores do Estado do Paraná, pelo menos equiparando um pouco ao índice que temos, do PIB nacional. Se hoje o nosso Estado é o quinto, pelo menos não podemos ficar em último nas questões sociais.

É importantíssimo, sim, que se aprove esse salário-mínimo estadual. Agora, dizer que vai aumentar a informalidade, também não é verdade. A informalidade tem que ser combatida de forma diferente. Ela existe no Paraná e existe em outros estados do Brasil e só vai diminuir com a ação conjunta da sociedade e é o que a Força Sindical está propondo, como exemplo de São Paulo que já há dois anos, um convênio realizado com as centrais, os sindicatos têm poder de notificação ou de fiscalização e notificar aquelas empresas que não estão registrando os seus empregados. São ações como essa que vão melhorar os índices de informalidade no Estado e não diminuir, salário. Diminuir salário vai aumentar a diferença que temos hoje, os indicadores de quem ganha mais, para aquele que ganha menos.

Também não é verdade, Sr. Presidente, que vai aumentar o desemprego, porque no Rio Grande do Sul, nos primeiros dois anos, quando foi aprovado o salário-mínimo regional, houve um acréscimo no emprego em 3,3%, e uma melhoria no poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores daquele Estado, em 2%.

Então, defendemos ter no Estado do Paraná, uma situação um pouco melhor ou pelo menos equilibrada, em relação ao PIB nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradecemos a presença do Sérgio que, conforme falamos anteriormente, aceitou prontamente vir colocar a posição da Força Sindical e quero reafirmar: esse projeto vai ser votado na primeira semana de maio. Podem ficar tranquilos todos os sindicatos, todas as federações. Dentro do cronograma que fizemos, será votado na primeira semana de maio.

### ***Horário da Lideranças:***

No Horário das Lideranças, Bloco PP/PSB.

Concedo a palavra ao Sr. José Domingos ScarPELLINI.

### ***Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos ScarPELLINI (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas:

Recebi hoje um ofício da Câmara Municipal de Londrina. Esse ofício é datado do dia 12 de abril de 2006, que trata do seguinte assunto:

(Lê):

*Câmara Municipal de Londrina  
Estado do Paraná*

*Of. nº 686/06*

*Ref. ao RE nº 614/06*

*Londrina, 12 de abril de 2006.*

**Assunto:** *Informações sobre investimentos governamentais.*

*Senhor Deputado:*

*Por iniciativa dos Vereadores Cláudio Renato de Lima, Jamil Janene, Paulo Arildo, Tercílio Turini Fú e da Vereadora Maria Ângela Santini, encaminhamos cópia do Ofício nº 683/2006 e solicitamos a V. Exa. esforços a fim de obter do Governo do Estado a discriminação dos investimentos que totalizam um bilhão de reais, conforme veiculado em propaganda governamental.*

*Respeitosamente*

*(aa) ORLANDO BONILHA SOARES PROENÇA*

*Presidente*

*HENRIQUE BARROS*

*1º Secretário*

Os Vereadores de Londrina estão ansiosos para saber onde estão as obras relacionadas pelo Governo do Estado em propagandas oficiais, dizendo que foram investidos mais de um bilhão de reais na cidade de Londrina e os Vereadores não sabem aonde, porque não vêem obras. As obras passaram a ser igual a lobisomem: todo mundo fala, mas ninguém vê.

Então, essa prática de anunciar coisa que não existe, é igual falar de coelhinho da páscoa, do Papai Noel, de obra que não existe. Agora, os Vereadores estão pedindo aos Deputados para que dêem conta, para que ajudemos a Câmara de Londrina a procurar onde estão as obras das placas em Londrina, as propagandas dizendo que se gastou um bilhão de reais. E no entanto, a comunidade londrinense não tem conhecimento de onde estão localizadas essas obras. E os Vereadores estão mandando para o Sr. Requião de Mello e Silva para que discrimine as obras que totalizam um bilhão de reais, conforme propagandas oficiais, que são divulgadas na cidade de Londrina (a capital do café). E nós, então, estamos na tribuna para falarmos sobre esta situação: Qual foi a grande obra realizada pelo Governador Roberto Requião no Paraná?

Precisávamos fazer um concurso público para que alguém pudesse eleger uma obra grande realizada em seu Governo. Ampliação do Porto de Paranaguá, que falamos, falamos, mas não saiu do papel. É um desejo de realizar será? É um sonho que o Governador tem de fazer e ele sonha e aí divulga e pensa que realmente fez a obra e não fez, e aí divulga a obra já feita, mas era só no sonho e na imaginação dele que ela realmente se concretizou. Lá em Apucarana o Cabo Canaveral: de mês em mês é um lançamento. Mas não é o lançamento de um foguete como o Cabo Canaveral lá na Flórida, nos Estados Unidos, é o lançamento de obras, é asfalto, é escola em tempo integral, é a polícia mais moderna, parece a Swat. Quando eles falam nessa polícia a bandidagem solta foguete, faz festa, churrascada, porque esta polícia que está aí não tem equipamento, quando tem carro não tem gasolina, quando tem carro e gasolina não tem policial para dirigir o equipamento. É um caso muito sério.

Não sei bem o que está se passando, mas vamos terminar o governo e o governo só de lançamentos. Vimos algumas obras de pavimentação asfáltica, e recuperação de estradas que colocaram lá um pichezinho, veio a chuva, aquilo derreteu, formou aquela buraqueira de novo. Até parece o programa de remendo do Lula, que também não deu em nada. É triste, é lamentável!

Quem viu o Paraná ser administrado nas obras do Governador Jayne Canet, como eu vi, no meu primeiro mandato de Deputado Estadual, em 75, quando cheguei aqui, com 24 anos de idade. Depois pegamos a reedição do Governo Ney Braga, Vimos o governo de José Richa, que tinha, aqui na Assembléia, o entusiasmo de grandes combatentes do nepotismo, da "mumunha" comemora o caso do Governador Roberto Requião que como Deputado, estava na tribuna combatendo tudo isso. Mas, o Governador Richa veio fazendo asfalto, escolas, creches. Por falar em creche, gostaria de saber alguém que

pudesse me informar uma creche que foi construída no Paraná, não financiada, mas com dinheiro do Governo do Estado.

No primeiro governo, no Governo do José Richa, do Álvaro Dias, no outro Governo do Requião - tinha-se em mente a construção de escolas em tempos integrais, as construções de salas de aula para as nossas crianças do interior, mas não com financiamento, era a cooperação mútua do Governo do Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Ademar Traiano.

#### O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Quero contribuir com o seu pronunciamento até porque também sou um Deputado do interior do Paraná, muito ligado aos municípios de pequenos porte e tenho a convicção que V. Exa. está fazendo um brilhante pronunciamento.

Fazendo essa lembrança importante, que o Paraná não esqueça e tenha ainda registrada na memória dos paranaenses a passagem dos ilustres governadores, José Richa, Jayme Canet, Álvaro Dias, que fizeram do Paraná um verdadeiro canteiro de obras. O próprio Governador Jaime Lerner. V. Exa. muito bem colocou com relação às creches, aos programas da rua para a escola, que hoje, lamentavelmente, já não existe mais. O que nós assistimos hoje, neste Governo, com raras exceções, alguns, Parlamentares que têm uma afinidade mais forte com o Governador Roberto Requião, que entram pelas portas dos fundos, esses conseguem algumas migalhas a fundo perdido, para os municípios do Paraná. O resto é só dinheiro emprestado, comprometendo a vida e a infraestrutura dos municípios do interior.

É isso que vimos neste Governo, com exceção da Fundepar, que é um dinheiro a fundo perdido que, necessariamente, obrigatoriamente, tem se fazer às escolas. Tiraram até esse direito dos prefeitos. Porque esses recursos que tinham que ser repassados aos municípios, jogaram para as escolas, para a Fundepar, para dar mais poder ao Requião e dizer que é ele que está fazendo as obras, enquanto que esses recursos deveriam ser repassados diretamente para os municípios.

Parabéns pelo pronunciamento; acho que a lembrança é oportuna.

#### O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Obrigado.

Vimos algumas creches do Governo Lerner também se espalhando pelo Paraná, vimos obras importantes de infra-estrutura de apoio à infância e à juventude, que existiram, fazendo parte do passado. Vamos conjugar esse verbo no passado: elas não existem mais.

Não sabemos se é porque o Provopar, que hoje é presidido pela irmã do Governador Roberto Requião, não tem vocação para o trabalho com a criança, com a infância. A Dona Maristela está no museu. Não temos um programa de apoio às primeiras damas. As esposas dos prefeitos, que vêm muitas vezes a Curitiba, ou que vie-

ram, mas que nem voltam mais aqui, porque a decepção foi tanta que nem retornaram para buscar apoio do Provopar, ou apoio do Governo do Estado do Paraná, para os programas municipais de assistência social e de assistência à infância e à juventude.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Bloco PTB/PL/PMR.

(Declina)

PPS. Deputado Marcos Isfer.

### *Liderança do PPS: Deputado Marcos Isfer*

#### O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros que nos assistem hoje: importante realçar nesta tarde, a posição partidária do PPS, com o voto contra o nepotismo.

Estaremos votando nesta PEC, estaremos votando em qualquer outra PEC que venha a esta Casa, com o mesmo tema que seja para melhorar a lei, da mesma forma como ingressamos na Justiça, junto ao Ministério Público, pedindo que houvesse, desde já, a ação do Ministério Público como tem ocorrido em tantas prefeituras, em tantas câmaras municipais em relação ao Executivo Estadual. E por que hoje se fala tanto em nepotismo e por que hoje o nepotismo se torna tão importante? Porque antigamente os governantes colocavam as suas esposas na área assistencial das prefeituras, na área assistencial do Estado como colaboradoras, voluntárias. Isso desde o tempo de Sara Kubichneck, do tempo da esposa de Dutra, todas elas participavam. Mas, participavam num programa de voluntariado.

A partir do momento em que se começaram as nomeações e se começaram as designações para o cargo em comissão e a partir do momento em que a Lei de Responsabilidade Fiscal vigia cada vez mais o número de servidores que trabalham nos cargos públicos. Os governantes passam a exagerar dos cargos em comissão; começam a nomear cada vez mais e mais parentes e apadrinhados que muitas vezes não têm o pré-requisito de estar à altura do cargo.

A partir daí, isso se tornou um exagero e a sociedade brasileira reagiu junto ao Judiciário e o Conselho Nacional da Magistratura toma uma atitude. Reagiu com relação aos legislativos e está aí o Ministério Público autuando câmaras municipais do interior e reagiu contra o Executivo também. Todos temos o nosso papel de contribuição neste momento.

Não há como se dizer neste instante, porque o prazo é um pouquinho maior do que alguns esperavam; eu também gostaria que não houvesse prazo. Não há como se dizer que não se vai votar a lei porque a sua redação não está bem, como alguns gostariam que estivesse. E a lei que temos, porque é a melhor lei, porque é a

lei que estamos votando, e quando estamos votando e a melhor lei, em busca do ideal. Aliás, eu ouvi hoje que nós deveríamos fazer leis eternas. Gostaríamos até. Pena que todas as últimas leis que fizemos aqui, incitados muitas vezes pelo Poder Executivo, como a lei dos transgênicos, por exemplo, quem votou contra naquele momento? Nenhum de nós. E todos dizíamos que era uma lei fadada ao insucesso. Todos nós votamos a tal Lei de Encampação do Pedágio. Quem seria contra acabar ou reduzir ao pedágio? E mais uma lei fadada a nenhum efeito.

Infelizmente iremos votar a lei do piso do salário-mínimo regional, (está aqui o meu companheiro de Partido, o Butti). É uma discussão já ocorrida dentro do Partido. Vamos votar favoravelmente. Mas, ontem ainda perguntei ao Presidente da Fiep: O senhor, como companheiro do Governador, vai entrar na Justiça contra o mínimo regional? O que nós ouvimos? - Vamos entrar contra o mínimo regional na Justiça, em todos os momentos. É mais uma lei que será, infelizmente, debatida na Justiça.

Nós fazemos aqui, àquilo que é melhor para a sociedade no momento. A sociedade reclama, deseja e quer o fim do nepotismo, quer o fim do arbítrio, o fim, principalmente, do despotismo que se introduz junto com o nepotismo. Quer o fim do exagero do uso do dinheiro público para beneficiar grupos ou familiares. E a sociedade pede essa resposta da Assembléia e é por isto, tenho certeza, que a Assembléia vai dar a resposta na tarde de hoje. A Assembléia vai votar e vai aprovar, sim, essa Emenda Constitucional. Porque se ela não é a ideal, é a que temos e é a melhor que pudemos produzir. Vai votar posteriormente quando vier outra ou a Mensagem que já está aí poderemos votar. Agora, não podemos correr o risco de não votarmos essa Mensagem, deixarmos para votar a outra, e amanhã vemos essa Mensagem ser retirada pelo autor, que por esta Mensagem ser retirada pelo autor, que por acaso é o Poder Executivo. Deputado Elio Rusch, não podemos correr esse risco de não darmos resposta à sociedade neste momento tão importante por que passa a sociedade brasileira, a Assembléia Legislativa do Paraná não dizer presente ao seu anseio. O PPS, hoje pela manhã, reuniu-se para dar apoio à proposta da Ordem dos Advogados do Brasil de entrar com a medida de impeachment do Presidente Lula a partir de já; o Partido está discutindo isso.

Como é que não iremos dar resposta num assunto menor como o nepotismo? Como é que podemos nos furtar a, neste momento, não votarmos pelo fim do exagero, do desperdício do dinheiro público que ocorre em municípios, em câmaras municipais, no Executivo Estadual, enfim, em todos os Poderes? Como é que nós, neste momento, podemos virar as costas à sociedade brasileira? Não consigo visualizar isso, não consigo imaginar alguém eleito com o mandato popular para fazer aqui o que a população espera, a lei que a população deseja, dizendo que não é hora, não é o momento, ou a lei não é ideal.

Nunca votamos leis ideais; a lei ideal será sempre a próxima que estará corrigindo a que votarmos hoje, Deputada Elza, amanhã estaremos fazendo uma melhor ainda, depois de amanhã outra, mas é necessário que haja ação, a vontade política, o desejo de, desde já, tomar uma atitude. E tenho certeza, Sr. Presidente, esta Assembléia tem tomado atitude, tem dito presente à sociedade paranaense, e mais uma vez estará agindo de acordo com aquilo que a população pensa e deseja.

É por isso que quero declarar aqui o voto dos cinco Deputado do Partido Popular Socialista a favor da PEC-40, como de qualquer outra PEC contra o nepotismo que venha a esta Casa melhorar esta que hoje estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PDT.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

***Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins***

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Evangelho de Jesus Cristo é bem claro, não dá para servir a dois senhores ao mesmo tempo, Deputado Cartário. E quando eu olho para o Deputado Geraldo Cartário, que é um homem de posição, ele não consegue servir a dois senhores ao mesmo tempo. A maioria, ou os Deputados e Deputadas desta Casa, também não conseguem seguir dois senhores ao mesmo tempo. É complicado. Eu fico imaginando: será que eu sirvo agora o José ou sirvo o Antônio? É uma confusão muito grande.

Eu me lembro que usei a tribuna esses dias atrás e disse que não poderia estar no palanque do Governador Requião porque lá eu nunca estive, e o Deputado Dobrandino me convidou para estarmos juntos. E aí eu refleti, Deputado Dobrandino, se eu estiver do lado do Governador e ele do meu, eu vou prejudicar o Requião e ele vai me prejudicar. O povo não aceita mais isso. Não que eu queria mal o Governador, mas são nossas posições históricas. Então, se eu estiver do lado dele, tenho certeza que ele vai começar a refletir, Presidente Hermas Brandão, sobre isso, não dá, ele é bacana mas não dá para estar do meu lado porque ele vai me prejudicar e eu vou prejudicá-lo; é histórico.

Já pensou, amanhã, na região do Deputado Valdir Rossoni, no mesmo palanque o Requião e o Valdir Rossoni? Cai o palanque; ou o Deputado Traiano, ou Barbosa Neto, ou o Elio Rusch, o Plauto, o Scarpellini, enfim, é preciso coerência e aí o povo respeita quem tem coerência: sim, sim; não, não. Os mornos serão vomitados; os mornos serão vomitados! Quem pensa que o povo não está observando se engana, está sim.

Bem, subo a esta tribuna para dizer que a Bancada do PDT, ou seja, os cinco Deputados do PDT vão votar a favor do projeto que acaba com o nepotismo, o projeto do

Deputado Tadeu Veneri. Vamos votar a favor. É preciso votar de uma vez. Vamos votar!

Agora, não estranhem vocês que estão aqui e que estão me ouvindo, se de repente precisarmos esvaziar este plenário. Se for preciso é uma prerrogativa que temos para proteger o projeto de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Nós vamos esvaziá-lo porque é uma prerrogativa. Não estranhem, porque se nós percebermos que vamos perder, vamos esvaziar o plenário.

Mais uma vez eu venho aqui...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Peço às galerias que não se manifestem. Esta é uma Casa democrática. Estamos dando oportunidade, inclusive, em uma discussão de um projeto tão importante, igual ao do salário-mínimo regional, de ouvirmos todos os segmentos da sociedade. Acho que o Deputado tem direito de manifestar-se, aqui, sem agressão dos que estão visitando esta Casa, hoje.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)**

Para encerrar, tenho certeza que a maioria dos Deputados aqui, Deputado Caíto Quintana, acreditam na eficiência da pesquisa da Paraná Pesquisa, do Murilo, e muitos dos Srs. Deputados utilizam-se de seus dados para trilhar os seus caminhos.

A “Paraná Pesquisa” fez uma pesquisa, a pedido do jornal Gazeta do Povo, e diz que 85% das pessoas entrevistadas, Presidente, querem acabar com a contratação de parentes. Então, vamos acabar! Vamos votar em segunda discussão e, depois, vamos mandar o projeto, homologado pela Assembléia, aí o Governador manda o projeto dele e nós vamos aproveitar o que é de bom nos dois projetos. Não é mesmo?

Por que criar essa confusão toda, esse desgaste todo para nós, Deputados? Acho que não é necessário.

**O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Luiz Carlos Martins, acho que V. Exa. toca no ponto exato. Temos um projeto de lei em andamento nesta Casa, que vai ser votado em segunda discussão no dia de hoje. Por que não aprová-lo e depois, se é que o Governador tem a intenção de ampliar esse projeto, que mande uma outra mensagem pedindo a ampliação?

É pouca diferença entre um projeto e outro. A principal diferença, Deputado Luiz Carlos Martins, Srs. Deputados, é a data que vai entrar em vigor. O projeto do Deputado Tadeu Veneri entra em vigor este ano; o do Governador Roberto Requião, só no ano que vem. Então, essa é a maior diferença que existe entre os dois projetos.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)**

E no projeto do Deputado Tadeu Veneri, a partir de ser homologado fica proibida a contratação de parentes. Se for homologado amanhã, a partir de amanhã ninguém

pode contratar mais parente nenhum. Os que estão exercendo cargos terão prazo de cento e oitenta dias para sair, ainda este ano.

**O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Deputado Luiz Carlos Martins, um aparte.

**(Assentimento)**

V. Exa. tem sido de uma felicidade esplendorosa, feliz, quando afirma que ninguém serve a dois senhores ao mesmo tempo. Isso é bíblico, é verdadeiro.

Fico a me perguntar, Deputado Luiz Carlos Martins, ouço manifestação de algumas pessoas, talvez sem entender o que estamos tentando mostrar neste Parlamento, essa posição clara e evidente de que queremos votar o fim do nepotismo neste Estado, através do projeto de emenda complementar apresentada pelo Deputado Tadeu Veneri e mais 25 Srs. Parlamentares. Iniciativa desta Casa.

Fico a me perguntar - e é importante que a galeria saiba. Na primeira votação atingimos a casa de quarenta votos, Deputado Luiz Carlos Martins. E o Governo fez uma manobra tirando Parlamentares do Plenário, não mostrando clareza e posição com relação ao projeto. Hoje, ouço alguns Deputados mostrando firmeza, postura, determinação. Na primeira votação não agiram desta forma. Fugiram.

E agora, parece-me - e V. Exa. colocou muito bem do nosso sentimento, porque queremos aprovar o projeto.

Se percebermos que mais uma manobra vai acontecer, no sentido de proteger o projeto, poderemos esvaziar, sim, porque o que se observa é que alguns Parlamentares que votaram na primeira votação, hoje estão, alguns viajando para a Europa, para São Paulo, para o Rio de Janeiro e um número muito pequeno de Parlamentares aqui estão. Nós precisamos de 33 votos para aprovar esta lei complementar. Não vamos ter, Deputado. É lógico que o PMDB, mostrando postura, vai votar contra hoje, sim. Mas, e os demais que o Governo tirou do Plenário? Que não estão aqui para votar e que já votaram na primeira vez e hoje estão distantes do plenário? Queria apenas contribuir com V. Exa., com esse meu posicionamento e para que a galeria saiba com clareza o que V. Exa. colocou, da possibilidade de esvaziarmos o plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado Luiz Carlos Martins, seu tempo já terminou. Concedo-lhe um minuto para que V. Exa. possa concluir.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)**

Gostaria de dar o aparte, com todo o prazer, ao Deputado Mauro Moraes, Neivo Beraldin, mas diante do espaço, ficarei em dívida com os senhores. E o Deputado Scarpellini, grande Deputado!

Na verdade, para encerrar, imagino que alguns Deputados foram recepcionar o Presidente da Venezuela,

Hugo Chávez. Por isso não estão aqui. Gostaria que alguns deles, que sempre estiveram ao lado dos trabalhadores, aqui estivessem para votar a favor ou contra esse projeto que é da maior importância. Vamos acabar com a contratação de parentes? Vamos! Sim ou não! Meio termo não existe!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no horário das Lideranças, PFL.

Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

### ***Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero, no horário da Liderança do Partido da Frente Liberal, deixar registrado nesta Casa a visita que tivemos no dia de ontem, do Presidente Nacional do nosso Partido, Senador Jorge Bornhausen, que veio especialmente ao Paraná para participar de uma reunião do PFL, trazer informações da articulação que acontece na esfera nacional com relação à composição que está se formando para defender o projeto do candidato a Presidente da República, Geraldo Alckmin, que fará uma linha de oposição, uma candidatura contrária ao atual Presidente da República, Lula, que é do Partido dos Trabalhadores.

A vinda dele ao Estado do Paraná acabou de uma forma tal, acabando com dúvidas que existiam perante leitores de jornais do nosso Estado.

O que nós acompanhávamos periodicamente estavam sendo formadas opiniões, e muitas dessas notícias, partindo do Palácio Iguaçu, que o Partido da Frente Liberal seguiria em uma possível aliança com o PSDB e também com o PMDB. A presença do nosso Presidente nacional, Deputado Valdir Rossoni, que é Presidente do PSDB, trouxe-nos a tranquilidade, aquilo que imaginávamos que iria acontecer: a liberdade para o Partido da Frente Liberal, no Estado do Paraná, tomar o caminho que achar melhor. Ficou liberado para o PFL decidir o caminho a ser tomado. Temos uma posição clara, já há alguns meses tomada, partidariamente, que o nosso candidato a Governador é o Sr. Osmar Dias, que está em processo de anúncio oficial de sua candidatura.

Aguardamos essa decisão e esperamos que isso, o mais rápido possível possa acontecer, para que possamos começar a discutir com os paranaenses, o plano de governo que o Osmar Dias tem para com o nosso Estado. Um plano de governo moderno, novo, um projeto de desenvolvimento para o Paraná.

Como o processo eleitoral está próximo, nesse processo vamos cobrar promessas de campanha não cumpridas, discursos feitos e não cumpridos. Nesse processo, vamos ver nos principais meios de comunicação, no

horário eleitoral gratuito, no momento em que a campanha eleitoral acontecer.

O Partido da Frente Liberal, no Estado do Paraná, com o aval do Presidente nacional, Senador Jorge Bornhausen, tem a liberdade de decidir qual o caminho a tomar. Estamos no aguardo e esperamos, o mais rápido possível, ver o anúncio do Senador Osmar Dias.

Se a legislação - Deputado Zucchinho, que preside esta Sessão - não permitir a candidatura do Senador Osmar Dias, o Partido seguirá para outras conversas, sempre prezando e conversando com os candidatos do lado contrário daqueles que governam o Estado do Paraná, hoje.

Para deixar bem claro, o PFL estará na trincheira contrária àquela que o Governador Roberto Requião está. Esse é o caminho que vamos tomar e aguardamos, passo-a-passo, dia-a-dia, que as coisas aconteçam, para que possamos começar a debater o novo Paraná, que com certeza será criado com essa frente de oposição;

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

### **(Manifestação nas galerias)**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mais uma vez, solicitamos às galerias que não se manifestem, porque é dado o direito a cada Deputado, fazer a sua manifestação. Isso é democrático e é o maior preceito da democracia.

Ainda com a palavra, no Horário das Lideranças, Deputado André Vargas.

### ***Liderança do PT: Deputado André Vargas***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, na condição de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores. Ontem e hoje, ao longo desse período todo em que a pauta é a questão do nepotismo, temos feito discussões permanentes na Bancada. É importante relatar, para que em perspectiva percebamos exatamente como as coisas chegaram a esse termo, a esse grau de conflito, por um tema que deveria ser pacífico no Paraná e foi tratado como tal até às vésperas da votação, acerca de quinze dias atrás.

O Deputado Tadeu Veneri já foi Vereador, militante do nosso Partido, apresentou esse projeto há um ano atrás e esse projeto tramitou na Casa, aguardou posicionamentos, aguardou que os Deputados fizessem reflexões, até porque recebemos salário do povo do Paraná para analisar os projetos e termos posição, seja favorável ou contra qualquer matéria que tramite nesta Casa. Por isso, quero argumentar que não devemos votar esse projeto por se tratar de uma questão eleitoral, focada em um Deputado do nosso Partido. Dizer que isso significaria perseguição ao Secretário da Educação é, no mínimo, desfocar o debate verdadeiro.

Significa, portanto, desconsiderar - e alguns até dizendo agora que percebem em uma vírgula, em uma entre vírgulas que o projeto não é adequado. Tiveram um ano para administrar e para analisar, assim como também teve um ano, porque tem Líder nesta Casa, o Governo, de tomar a sua posição. O projeto tramitou, a Comissão Especial, conforme o Regimento, foi constituída. O Deputado José Maria foi nomeado relator, na composição de forças, um homem digno, companheiro nesta Casa e eu, que sou de primeiro mandato e que mesmo divergindo, aprendi a admirar o Prefeito de Ibiporã, homem decente, político de alta estirpe, como de resto imagino que a grande maioria daqueles que fazem da política o seu mister. Nomeado o relator, o Presidente, o Deputado Durval Amaral, coube ao relator apresentar, portanto, como na sua obrigação, um relatório e em consenso dentro da Comissão, esse relatório foi apresentado e submetido a esta Casa. Qual não foi a surpresa quando, percebendo ser irremediável o fim do nepotismo, o Governador apresenta uma proposta, que se é verdade que tem legitimidade para apresentá-la, deveria ter apresentado no foro competente, que era o debate da Comissão. Teve espaço para isso! Um ano de tramitação.

Chegamos ao primeiro dia da votação. Forte tensão, forte pressão do Governo e quarenta Sras. e Srs. Deputados aqui estiveram e votaram, quarenta Deputados pelo fim do nepotismo, porque entendeu esta Casa que seria uma medida razoável, adequada aos tempos de hoje.

A sociedade paranaense já decidiu que quer o fim do nepotismo. Já decidiu! A decisão do Supremo para o Judiciário já está valendo. Competeria, portanto, passado o tempo regimental, comparecer a esta Casa sob a tranquilidade da consciência de cada um dos Deputados, e votar. Primeiro aspecto lamentável - e eu respeito a posição do Deputado, que por algum motivo vier aqui e votar não. Mas, não há como admitir, não há como respeitar a omissão, o não estar aqui, não enfrentar esse debate, porque se é verdade que hoje temos visitantes acompanhando a nossa votação, e isso é muito bom para que cada posição seja conhecida de todos, é verdade também que a sociedade paranaense está atenta. Basta ver a cobertura dos meios de imprensa que aqui estão.

Portanto, a consideração que faço neste momento, a Bancada do Partido dos Trabalhadores decidiu nesta manhã orientar em questão fechada no voto favorável à PEC 40, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, porque maior do que a vontade do autor ou de vontade de muitos Deputados que assinaram, é vontade de quem paga o nosso salário, é vontade da maior autoridade, que é o povo do Paraná, que financia esta estrutura tão importante como o Parlamento, o Legislativo que garante a democracia.

Portanto, é importante dizer - onde estão aqueles que votaram favorável na primeira votação? Onde estão?

Segunda questão importante é que o debate seja honesto e franco. Vir aqui e falar: quero o fim do nepotismo, mas não voto na PEC 40, porque proposta boa é a

do Requião, porque proposta boa é a do futuro, que não se sabe o que vai acontecer, é fugir das responsabilidades agora.

Ao final, portanto, quero crer, como disse a muitos companheiros, a votação não começou ainda, quero crer que os Deputados Ângelo Vanhoni, Hermes da Fonseca, Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica aqui estarão para cumprir a sua obrigação, não com o PT, e não só com o Parlamento, com o Paraná, com as pessoas que estão a nos ligar, a nos pedir que votemos favoravelmente a este projeto. É claro que cada um tem a sua consciência e vai assumi-la. É claro que cada um pondera e analisa o que faz de melhor, não só para si, mas para aqueles que o elegeram.

Portanto, tenho a convicção que não há motivo público, não há Deputado que possa apresentar quem votou entre os quarenta, favoravelmente na primeira votação, Sr. Presidente Augustinho Zucchi. Não há motivo público para nenhum Deputado vir aqui e dizer: mudei de posição. Mas vamos aguardar, o debate está chegando, que expliquem isso - eu mudei de posição. Mas é bom ressaltar, o Governo exercer pressões pouco invisíveis e às vezes, aparentemente, visíveis. Exerce pressão sobre os Deputados da base, constrangendo-lhes. Mas claro, cada um é titular do seu mandato e vai saber honrar votando SIM à PEC 40 e pelo fim do nepotismo.

#### **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Rapidamente, para cumprimentá-lo e dizer que V. Exa., como Presidente Estadual do Partido, está fazendo a sua parte, enaltecendo a presença do Padre Paulo, do André Vargas, da Luciana Rafagnin, do Elton Welter, mas registrando a ausência de quatro Deputados do PT que, infelizmente, poderão fazer a diferença nesta votação. Somente isto.

#### **O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

Tenho certeza, para que não se façam pré-julgamentos açodados, que esses Deputados aqui estarão. E não só do meu Partido. É importante que a sociedade cobre também dos demais Partidos - do PSDB, do PDT, do PFL, do PMDB, porque integrantes desses Partidos votaram conosco, porque não podemos aceitar que tenha Deputado que votou, em primeira instância, para depois fazer uma negociação do submundo da política, para receber benesses eleitorais, pessoais e mudar de posição. Que expliquem e que digam sim ou não e nós diremos sim à PEC e não ao nepotismo.

Muito obrigado.

#### **O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)**

Instado até pelo Deputado André Vargas, só quero dizer que o PDT está com quatro dos seus cinco Parlamentares nesta Casa que irão, como disse o Líder do Partido, Luiz Carlos Martins, votar contra o nepotismo no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

## ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acredito que o momento não é nem mais de encaminhamento da questão a ser votada.

Meus caros líderes dos Partidos aqui presentes, Deputados André Vargas, Durval, Elio, Traiano, Ratinho, Marcos Isfer, acho que é chegado o momento de fazermos as contas: precisamos de 33 votos e estou vendo uma manobra do Governo para não votarmos. O que vai acontecer aqui? Pelas minhas contas, vamos fazer 24, 25 votos e vão faltar nove votos. Por esta razão é importante, e acredito que tenhamos que fazer uma reunião dos líderes e tomar uma posição, acho que a melhor posição, neste momento, é não darmos quórum. Por quê?

(**Vaias**)

Deve ter alguém que é nepotista aqui. Acredito que não tenhamos que dar quórum, Deputado Durval Amaral...

(**Manifestações nas galerias**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vou solicitar, mais uma vez, o Deputado é eleito democraticamente e tem o direito de manifestar a sua opinião, e todos aqui, democraticamente, têm o direito de participar da Sessão.

Gostaria de pedir que não se manifestassem, que respeitassem a palavra do Deputado que está no seu pleno direito democrático.

Deputado Valdir Rossoni, seu tempo será compensado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço a V. Exa.

Não tenho essa preocupação porque sei que uma ou duas pessoas que estão gritando aí, naturalmente são “paus mandados”, não estão satisfeitos com essa situação. Eu já subi nesta tribuna abaixo de vaias, abaixo de aplausos, e tenho equilíbrio e preparo suficientes para conduzir o meu pronunciamento.

Quero dizer aos líderes dos partidos, até para as pessoas que estão aqui, é regimental porque se nós votarmos esta questão e não obtivermos 33 votos está morta a PEC; é isso, não é Deputado Isfer? Nós não voltaremos mais a votar essa questão. Então, é muito melhor esvaziarmos o plenário, como não temos votos suficientes e aguardamos a opinião pública pressionar os seus Deputados. No dia de amanhã vai sair nos meios de comunicação a lista dos Deputados que vão votar e que não vão votar.

Eu meu assustei outro dia porque aconteceu algo inusitado aqui no plenário, Deputado Elza: nós estáva-

mos votando e quando alcançamos 39 votos entrou um Deputado correndo, sentou ligeirinho e votou. O Deputado se chama Mauro Moraes e hoje me espanta: veio aqui e disse que não pode votar esta matéria. Quer dizer, votou outro dia e não vota hoje! Nós não podemos acreditar em Papai Noel!

Temos apenas 24 a 25 votos; por esta razão, enquanto houver os pronunciamentos teremos que tomar essa decisão. Se depender da minha opinião, esvaziáramos o plenário, deixaríamos esta matéria para a semana que vem. Com a pressão popular, certamente, muitos daqueles que fugiram vão voltar e ao voltar, eles vão se sensibilizar da necessidade de votarmos esta matéria.

A segunda proposta, Deputado Dobrandino, logo lhe concedo o aparte, é uma proposta que eu faria a V. Exa.: o Governador Requião foi muito hábil em mandar uma nova proposta contra o nepotismo. Agora se criou essa celeuma que a PEC do Veneri não é boa, e a do Governador é. Faço a seguinte proposta: vamos assinar em regime de urgência, marcamos para segunda e terça-feira e votamos as duas, a do Tadeu e a do Governador. Fica resolvido esse problema: execute-se aquela que for melhor. Agora, não podemos aceitar como manobra a PEC do Governador. A proposta da Oposição, Deputado Dobrandino, que tão bem lidera a Bancada do Governo e está mostrando a sua força hoje, a proposta é essa: aceitamos retirar esta PEC no dia de hoje, e é claro que temos que consultar o seu autor, para votarmos na terça-feira as duas. Ficamos tranqüilos e ninguém precisa achar que a do Governador é melhor ou a do Veneri, e nós damos uma satisfação à sociedade.

Com aparte, o Líder do PMDB e do Governo, Deputado Dobrandino.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Obrigado Deputado Rossoni. Primeiro, temos que deixar claro que o PMDB estará em plenário para votar. Nós não esvaziaremos o plenário.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas, favorável ou contrário?

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

O voto é outra coisa. Não podemos declarar voto. V. Exa. não sabe o nosso voto. Vocês teriam que esvaziar, porque não declaramos voto ainda. Estamos declarando que estaremos em plenário para votar. Agora, a proposta de V. Exa., na verdade, tem um certo sentido. Temos defendido há muito tempo, uma medida intermediária das duas PECs; a do Governo e a outra. Se quiser retirar, lógico. Nós estamos dizendo que vamos votar e V. Exa. não sabe qual é o voto, mas se é isso, teremos tempo para discutir, com acompanhamento jurídico. Nós já tivemos parecer de advogados: a que esta aí, é totalmente viciada.

Então, se V. Exa, admitir isso, claro que teremos que concordar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, mediante a posição do Deputado Dobrandino, de que estarão em plenário, acredito que se nós contarmos com mais esses nove votos, estão consolidados os 33 e não há porquê adiarmos.

Com aparte o Deputado Barbosa Neto e, logo em seguida, Deputado Scarpellini.

**O Sr. Barbosa Neto (PDT)**

Já que perdemos o Deputado Mauro Moraes, como V. Exa. computou, ganhamos outro voto, que é do Deputado Jocelito Canto, que disse que vai votar a favor, contra o nepotismo no Paraná. Disse daquela tribuna.

Então, Deputado Jocelito Canto é mais um voto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado pela informação, Deputado Barbosa.

Concedo aparte ao Deputado Scarpellini.

**O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Gostaria de fazer justiça com relação a essa PEC. Na verdade, o projeto original é do Deputado Tadeu Veneri, mas depois, tem o Substitutivo da CCJ, do Deputado José Maria Ferreira, que foi violentamente atacado, por ser autor desse Substitutivo e por ter votado.

Gostaria de comunicar aos Pares, que o voto do Deputado Mauro Moraes, disse-me ele, que essa PEC está com alguns problemas de redação e que ele iria repensar o seu voto. Como ele está rouco, não sei se já recompôs a voz, é nesse sentido que estou dando essa explicativa.

Não sei se voltou a voz.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concedo aparte ao Deputado Mauro Moraes.

**O Sr. Mauro Moraes (PMDB)**

Realmente está difícil, mas, a proposta inicial é totalmente diferenciada da que nós apresentamos. A comissão mudou totalmente a primeira proposta. Não se admite acabar com o nepotismo para daqui a cento e oitenta dias. Isso é um absurdo. Tem que fazer o que o Tribunal de Justiça fez, acabou já. A proposta inicial era para acabar já e não para tirar o irmão e colocar a cunhada e deixar os sobrinhos, deixar todos os outros parentes. Então, a proposta está mutilada.

A comissão mutilou a proposta inicial. É um absurdo. essa proposta não terá eficácia, porque até o final do ano vai ser aprovada uma lei no Congresso Nacional e a nossa vai ficar nula. Essa é a realidade. Esta proposta, para cento e oitenta dias, é proposta demagógica. Tem que ter eficácia imediata. Parem de demagogia. parem com esse absurdo.

Vamos acabar já com o nepotismo então, mas não, para cento e oitenta dias.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas pelo que observei, ganhamos mais um voto, o do Deputado Mauro Moraes.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Rossoni, como já acabou o seu tempo, vou lhe conceder mais dois minutos para a conclusão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço a V. Exa. Deputado André Vargas, a contradição é muito grande. Chega em minhas mãos que há mais uma proposta de Emenda Constitucional que, num artigo diz o seguinte: “No caso de nomeação para Secretários de Estado ou profissional de notória qualificação técnica na área para a qual for nomeado”. Quer dizer, ressaltado este. Para Secretário de Estado pode nomear ou alguém de notória qualificação técnica. Esta é uma outra PEC que está sendo apresentada pela grande maioria dos Deputados aliados ao Governo. Na verdade, Deputado Dobrandino - e V. Exa. tem conduzido muito bem a liderança, e temos dedicado nosso respeito -, mas, na verdade, estamos fazendo aqui, contabilidade, matemática. Estamos fazendo conta. Se os votos do PMDB forem favoráveis, nós permaneceremos no plenário. Nós temos os 34 votos. Se não, vamos ter que discutir com as lideranças.

Outra questão: estou encaminhado a todos os Parlamentares, porque há alguém que justifica que a PEC do Tadeu Veneri é inconstitucional e eu ouvi hoje um comentarista de uma rádio, falando isso, que não pode ser de autoria de um Deputado. Pode sim, desde que apoiada por 1/3 dos Deputados desta Casa.

Então, essa questão de inconstitucionalidade, não existe. A sabedoria constitucional, naturalmente, é melhor que a dos advogados.

Agradeço e fico com o Horário da Liderança da Oposição, caso haja negociação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra ao PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Caíto Quintana***

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Deputados Parlamentares.

Gostaria de retornar à tribuna desta Casa numa oportunidade diferenciada desta que estamos votando no dia de hoje, para agradecer aos companheiros da Assembléia pelo respeito que sempre merecemos desta Casa, quer seja da Situação ou da Oposição, para firmar o propósito de exercer o mandato com transparência. Eu vi diversos Parlamentares citando a questão de ter que ser sim ou não e eu sempre me pautei por esse tipo de ação. Nunca tive nenhum constrangimento de fazer Oposição quando tive que fazer Oposição. Nunca deixei de votar

com o Governo, mesmo quando o Governo era de Oposição e o assunto era bom para o Paraná.

Mas, Srs. Deputados, temos que fazer algumas reflexões.

Uma Casa de Leis é uma Casa que não faz lei para este ou para o futuro Governo e nem para o outro que vier. Lei é lei, É norma geral de conduta dentro de um Estado. Portanto, uma lei não pode ser feita pelo emocionalismo, não pode ser feita para discurso de imprensa e de platéia. Uma lei tem que ser feita para buscar o interesse geral do nosso Estado. Algumas questões existem na votação dessa lei. Primeiro, a acho precipitada a votação, até pelo que disseram da tribuna agora, os Deputados Valdir Rossoni e Mauro Moraes.

Essa lei traz um prazo de 180 dias para entrar em vigor. Seguramente dentro desses 180 dias no Congresso Nacional estará votada uma lei sobre a questão do nepotismo. Esta lei votada na Câmara, por ser uma lei maior, evidentemente, vai formar lei sobre os estados. E tudo aquilo que estiver em desacordo com a legislação federal não adiantará ser votado aqui, porque ela estará derrogada imediatamente. Portanto, aí uma precipitação.

Segundo lugar, como temos duas propostas na Casa, Deputado Dobrandino, e como as duas propostas propõem 180 dias, não há prejuízo nenhum esta Assembléia, se ela por exemplo retirasse essas propostas, discutisse com as lideranças e encontrasse um caminho comum que efetivamente fechasse as portas do nepotismo, do nepotismo cruzado, do nepotismo no Legislativo, da nomeação do Legislativo no Judiciário, do Judiciário no Executivo, do Executivo no Legislativo. Mesmo que tivéssemos que na próxima lei, ao invés de darmos 180 dias, gastássemos trinta dias aqui dentro e a lei poderia vigorar em 150, 120, 90, ou 60 dias, ou imediatamente. Portanto, a vigência da lei poderia estar prevista para o mesmo período. Mas, a Assembléia não estaria emocionalmente estabelecendo um confronto entre Situação e Oposição. Por quê? Porque este é o Plenário que vota lei com o objetivo de ser permanente, ser duradoura, para aplicar nesse e em futuros Governos.

Agora, vamos pensar sobre nepotismo. Ser parente não é cláusula infamante. O fato de alguém ser parente de alguém, não significa que ele seja desonesto, aproveitador. Então, vou citar alguns exemplos para pensarmos o quanto é difícil a análise dessa questão, aqui, na Assembléia. Vamos admitir que o ex-Governador Álvaro Dias ganhe o Governo do Paraná, ou então o atual Senador Osmar Dias, que foi um excelente Secretário da Agricultura, não poderia ser Secretário da Agricultura por quê? Pelo defeito de ser irmão do Governador. Se ganhar o Governo do Estado o Senador Flávio Arns, a sua tia, Zilda Arns, que foi indicada pelo Brasil para o prêmio Nobel da Paz não poderia ser Secretária da Criança no Estado do Paraná, por quê? Qual seria o seu defeito? O seu defeito seria ser parente do Governador, ou parente de um Prefeito. Os 399 municípios, tem município com cinco mil habitantes, a mulher do Prefeito não pode

ajudá-lo na administração? O município pequeno que dependa eventualmente da pessoa que tem a capacidade, não pode ser, por quê? Porque o defeito dela é ter um parentesco. Pergunto: e a quantidade de concurso fabricado que tem aí para colocar pessoas estranhas no serviço público? E fazem concurso fabricado e não é nem cargo de confiança, fica eternamente, até a aposentadoria no poder público. E as pessoas que não são parentes, que são contempladas muitas vezes por um financiador de campanha?. Esses podem! E aqueles que desoneram a administração pública, como estamos vendo hoje, noticiário em cima de noticiário, citando pessoas que compuseram ministérios? Não eram parentes, mas esses podem. Desde quando parente é um ato infamante? Cada um de nós pense na família. Então, vou olhar para o meu irmão, para o meu pai, para a minha mãe, vou olhar para as pessoas e pensar: não, esses são desonestos. Por quê? Porque são meus parentes. Os parentes de vocês são a mesma coisa. Os parentes dos Prefeitos que estão no interior lutando para fazer um quadro decente, que trabalhe em favor do município, também não podem.

Não, não é bem assim! Acho que o abuso na questão do nepotismo é uma coisa absolutamente condenável. Sou contra inúmeros locais onde estão infestados de parentes que nada fazem, incompetentes, pessoas que passam o tempo inteiro esperando o fim do mês, para receber o salário. Nisso eu comungo com os senhores. Agora, uma lei que diga que uma pessoa competente não possa exercer um cargo só porque ela é parente, esse é o outro lado da moeda. É fechar a porta total para o benefício da população. Ou alguém de nós acha que muitas e muitas pessoas, muitas e muitas esposas, de prefeitos, que hoje estão fazendo o trabalho de assistência para crianças não podem fazer esse trabalho, só porque elas são esposas de prefeitos? Será que isso é infamante? Será que isso desqualifica aquele trabalho? Será que outra pessoa que entrar no lugar vai receber menos ou mais? Vai exercer mais ou menos o benefício que a população espera?

Então, esse é um assunto, Srs. Deputados, para não ser discutido no emocionalismo. Vamos pegar as lideranças desta Casa, vamos no sentar com a Presidência, vamos analisar os dois projetos. O Governador Requião tem um projeto na Casa, também, bem mais abrangente. Talvez tenha atos de inconstitucionalidade naquele projeto, mas, vamos fazer na CCJ uma comissão de avaliação das PEC's. Vamos fazer um projeto que, efetivamente faça com que o Paraná possa ter o fechamento da indicação de parentes atabalhoadamente como acontece em muitos e muitos casos. Porque volto a dizer: isso aqui é uma Casa de Leis. Isso aqui não pode ser guiado pelo emocionalismo. Aqui não tem Bancada de Governo e Bancada contra o Governo. Aqui tem 54 Deputados com a responsabilidade de fazer uma lei para o Paraná, não para governo algum, que veio ou que foi. Esse é o ponto de vista que a Bancada do PMDB está propondo, possamos discutir essa questão. Fazer um projeto que feche cabalmente, se essa é a vontade das pessoas, mesmo que

tenhamos que reduzir o prazo para a vigência da lei. O Paraná não perde nada, se vai esperar 180 dias, espera só 120, e nesse tempo a Assembléia faz uma lei perfeita que possa definitivamente fechar a porta de todas as discussões.

**O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)**

Deputado Caíto, ouço com atenção a sua posição, só me estranha um pouco.

Tivemos o Deputado José Maria, que é do seu Partido, o PMDB, que foi o relator desse projeto que estamos votando, hoje, nesta Casa. Aí já existiu a possibilidade de ajustá-lo, deixando da forma que o senhor está falando, já foi feito. Parece-me que há a vontade de não aceitar o projeto do Deputado Tadeu Veneri, porque é um projeto do Poder Legislativo e, sim, tinha que ser um projeto pelas mãos do Governador Roberto Requião a chegar a esta Casa.

Inclusive, tenho o jornal Folha de São Paulo, que diz o seguinte: *O Governo Requião plantou uma matéria dizendo, que ele, Requião, estava aprovando uma lei contra o nepotismo, no Estado do Paraná.*

Isso tudo virou política para mim, virou voto. Repito, a oportunidade de ajustar já passou. Vamos aprovar o projeto como está e as mudanças necessárias serão ajustadas através de mensagem. Tudo isso, que na minha opinião, o projeto tem que entrar em vigor neste ano e não no ano que vem.

Obrigado.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMBD)**

Deputado Plauto, entendo o seu argumento, entendo a sua posição. A sua posição também é política, no entanto, Assembléia Legislativa sempre que puder e tiver oportunidade, quando puder melhorar um projeto, antes que ele se torne lei deve fazê-lo, porque é desta Casa que saem as leis que vão gerar direitos e deveres do cidadão.

Quando o Deputado José Maria relatou esse projeto, não poderia haver uma fusão dos dois, porque um não estava tramitando na Comissão ainda.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa. tem um minuto para concluir.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMBD)**

Os dois projetos estão protocolados, estão na Mesa, os dois projetos podem ser estudados, inclusive com a parceria do Deputado Tadeu Veneri.

Volto a dizer: se esses projetos têm um prazo de cento e oitenta dias para entrar em vigência, nada impede que, acertadas essas questões, volte a plenário, diminuindo o prazo de vigência. O Paraná não vai perder nada do momento da vigência do projeto.

Gostaria que votássemos, o PMDB está em plenário. Espero que a Bancada da Oposição também fique, para que possamos, pelos menos, decidir essa questão. Tocamos

esse projeto agora ou fazemos, por consenso, uma retirada dele imediatamente, vai com os dois para a Comissão de Reforma Constitucional para que possamos fundi-los e fazer um projeto melhorado para o nosso Estado.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Passamos à Liderança do Governo.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

***Liderança do Governo: Deputado Rafael Greca (PMDB)***

**O SR. RAFAEL GRECA**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto sobre a superioridade da proposta do Governador Requião em relação à PEC 40, tão celebrada pela imprensa do Deputado Tadeu Veneri, está praticamente esgotado pela experiência e pela lucidez do Deputado Caíto Quintana.

Parece-me muito bom o exemplo do Senador Flávio Arns no poder e a sua tia Dona Zilda Arns, qualificada para Prêmio Nobel da Criança e da Paz, proibida de exercer o cargo de Secretária da Criança por ser perante do Governador. Há uma confusão muito grave. Pessoas têm me mandado e-mail dizendo que vote contra os políticos empregarem parentes para eu poder ser chamada no concurso.

Uma coisa é cargo de confiança que não é para a vida toda. A outra coisa é transformar tribunais, prefeituras, governos num imenso cabide de empregos de parentes. A palavra me parece pesada. Nepos é um escorpião que carregava as suas crias no lombo e elas o iam devorando aos poucos. Nepotismo - pode valer para os papas de antes da Reforma Protestante, da reforma da Igreja que exerciam com imoralidade os seus cargos e tinha a figura do Cardeal Nipote, o Cardeal-sobrinho, o Cardeal-neto, o Cardeal-filho por dor e tristeza da Igreja, às vezes o Cardeal-amante.

Isso provocou a revolta de Martinho Lutero. Mas Veneri não é Lutero. E a Casa tem obrigação de mudar a Constituição da melhor maneira possível. Requião propõe uma proposta melhor que evita o nepotismo cruzado. E nós, Deputados, não podemos ceder à pressão de votar num clima de programa de auditório. Nós precisamos votar no sentido de preservar a qualidade das Instituições Públicas. Eu me lembro de uma frase de Anibal Khury, de saudosa memória, nesse Parlamento, que dizia: "Governo vota e só vota, nem fala" e uma outra de Churchill que dizia: "Governar é ter uma cadeira a mais, só uma a mais". Na Itália uma vitória milimétrica deu 0,06% para a União das Esquerdas contra a Casa da Liderdade. E Berlusconi caiu do Poder. E Prodi, com o voto dos italianos residentes no Brasil, é o configurante de um novo Governo.

A visão que temos é que há outras questões ainda mais fortes e que não merecem o mesmo apoio da

imprensa. Uma delas é o salário-mínimo regional, a iniquidade de se negar aos mais pobres a possibilidade de melhorar seu poder aquisitivo.

Muitas são as vozes para falar pelos patrões. E quase nenhuma se levanta em favor dos empregados. É triste ouvir o Presidente da Força Sindical referir que no nosso Paraná, na minha adorada Curitiba, há empregadas domésticas que ganham meio salário-mínimo. É triste referir que os oitenta e sete reais propostos pelo Governador Roberto Requião, como acréscimo ao salário-mínimo do Sr. Presidente da República, estão sendo questionados.

Ora! Mais salário é mais consumo. É pão, farinha, macarrão, arroz, feijão, capacidade de pagar o aluguel, sapato novo e até consumo e lazer, se o povo assim o quiser. Eu não sei por que a Federação do Comércio não entende isto. Será porque a televisão está pondo na cabeça das pessoas de que o Brasil precisa fazer a lição de casa, ou seja, só para pagar juros e juros e juros” e ser um projeto de mercado e não um projeto de nação?

Nós somos um projeto de nação. O Paraná quer ser parte da nação brasileira fortalecida. O Paraná tem a luz elétrica da Copel, por bônus de capacidade 14% mais barata do que a de São Paulo; 41% mais barata do que a de Minas Gerais; 14 ou 15% mais barata do que a de Santa Catarina.

O Paraná isentou de impostos, por ato do Governador Roberto Requião, 132 mil empresas e vinte mil pagam 2,5% do ICMS.

O Paraná quer estar acima das dificuldades. Eu não sei como Deus nos livrará das dificuldades. Mas, que Deus o fará, disso tenho certeza. A grandeza do Brasil, a grandeza do Paraná, precisa da grandeza de seus homens públicos. Veneri não é Lutero. Não é dogma. Não é dogma dizer que irmãos de governador não podem ter cargo de confiança, porque não é para a vida interna. E o Governo reafirma sua confiança na capacidade do Maurício Requião, que está fazendo excelente gestão e na presidência do Eduardo Requião, que ontem criou a porta dos transgênicos no porto, mas quer ao mesmo tempo permitir que uma parte do porto seja para a soja crioula, para a soja da criação, porque Deus Nosso Senhor não fez soja transgênica. E o Japão, o primeiro mundo, só compra soja crioula. Não compra soja transgênica. Se fosse bom, porque não querem pôr no rótulo? Alguém ouviu dizer de algo bom que a família não queira declarar, que o vendedor não queira mostrar? Alguém ouviu dizer de algum produto que preste, que quem vende tem vergonha de dizer o que está vendendo?

Então, o Governo reafirma a confiança nos seus Secretários. E o Governo proclama que quer estabelecer regras de moralidade e de absoluta aliança com o povo mais humilde. E a mais forte delas é sinalização pelo salário-mínimo regional, um salário-mínimo de melhor poder aquisitivo, que multiplique o pão na mema dos pobres, que multiplique o peixe, a carne, o sapato e a capacidade de pagar aluguel; e seja contra quem é mesquinho, e seja contra quem é contra o povo, sobremaneira

o povo mais humilde. Pode dizer o que quiser a pesquisa do “Paraná Pesquisas”, mas nós sabemos que só 9% da população paga imposto de renda, a outra grande massa dos 93% pode até ser enganada por uma parte do tempo, mas como disse Abraham Lincoln que sonhou a liberdade: “Não há de ser enganada por todo o tempo”.

Era isso.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)**

Gostaria de pedir ao Líder do meu Partido, Deputado Luiz Carlos Martins, para que pudesse me ceder o tempo da Liderança na Sessão de amanhã para comprovar com as notas fiscais que a energia que nós pagamos no Estado do Paraná é uma das mais caras do Brasil, contestando o que disse aqui o Deputado Rafael Greca.

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Apenas para registrar a presença da Vereadora Ivone, de Pinhais e do Presidente do PT de Curitiba, Adenival Gomes.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Liderança da Oposição.

Com a palavra Deputado Ademar Traiano.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Ademar Traiano (PSDB)***

**O SR. ADEMAR TRAIANO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nossa saudação à galeria, àqueles que respeitosa-mente, tendo a noção e a grandeza de compreender o que é uma democracia, estão de uma forma atenta ouvindo a manifestação dos Srs. Parlamentares, nesta tarde. Portanto, rendo a minha homenagem àqueles que estão aí nas galerias sabendo ouvir de uma forma respeitosa o Parlamento do Paraná.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, realmente estou estupefato, Deputados Valdir Rossoni, Elio Rusch, Plauto, Durval Amaral. Faço uma referência, Luiz Carlos Martins, a V. Exas., até porque nós, no Governo passado, tínhamos uma história muito forte com o Governo que se encerrou há três anos e meio, e temos histórias e testemunhos a dar, Deputado Valdir Rossoni. Por isso, respeito a manifestação de todos aqueles que hoje têm história com o Governo deste Estado, Roberto Requião, que vem à tribuna para fazer a sua defesa, para falar em nome do Governo, para mostrar os avanços que os Srs. Parlamentares entendem ter acontecido neste Governo. Respeito o arrazoado feito de uma forma diplomática, e até um estilo de quem tem uma vocação para pastor, porque fala com muita propriedade muita harmonia, o Deputado Caíto Quintana, quando fez todo um arrazoado com relação ao projeto sobre o nepotismo nesta Casa, enfim, fez outro arrazoado com relação a alguns outros temas do Governo. Mas, não posso, Srs. Deputados, compreender, não posso entender; gostaria de entender, Deputado Elio

Rusch, a posição de alguns Parlamentares nesta Casa. Deputado Rafael Greca de Macedo, não gosto de fazer nenhuma acusação; não gosto de fazer nenhum ataque na ausência.

Tenho por V. Exa. o mais profundo respeito, considero-o como uma das cabeças mais sábias deste Estado. Não tenha a menor dúvida, sempre tive um apreço enorme por V. Exa., pela sua postura; um homem que construiu uma história bonita: Deputado, Ministro, Prefeito de Curitiba, uma história que se somou aos homens que, na verdade, fizeram de Curitiba o orgulho do mundo e de todos nós paranaenses e brasileiros; mas, não posso entender essa postura, Deputado Rafael Greca.

Perdoe-me esse meu manifesto de indignação, porque aqueles que lhe açoitaram, Deputado Rafael Greca, no passado, lá no Senado da República, está escrito nos Anais, onde quer que se ande neste Estado, lemos manifestações do atual Governador Roberto Requião ao seu nome, de desagravo, de desrespeito, tratando-lhe de uma forma que realmente nenhum cidadão neste Estado merece.

Não posso conceber, não posso entender, Deputado Rafael Greca, ver V. Exa. daquela tribuna fazer essa defesa intransigente em uma manifestação de amor, de carinho ao Governador Roberto Requião pelas suas ações neste Estado. O Paraná não entende. Os que estão nas galerias não entendem, com certeza, sabendo do seu passado, sabendo como o senhor se colocava com relação ao atual Governador. Ninguém consegue entender.

Nós, Parlamentares, não entendemos, imagine o cidadão que está lá fora, que assistiu toda essa briga travada de uma forma muito forte entre V. Exa. e o Governador Roberto Requião e, agora, ver a declaração de amor que V. Exa. faz a ele. É impossível compreender, Srs. Deputados. É impossível entender. Não posso compreender.

Gostaria de estar aqui, Deputado Rafael Greca, para fazer os melhores elogios possíveis a V. Exa. e olha, digo-lhe, ainda tenho por V. Exa. muito apreço porque o considero uma das cabeças mais brilhantes deste Estado, mas, lamentavelmente, parece-me que V. Exa. se desvirtuou e ainda há tempo para recuperação. O eleitor, com certeza, saberá compreender se V. Exa. mudar o caminho e mudar o rumo. Esperamos que isso aconteça.

Estou aqui desde 90, Deputados, e durante todo esse tempo tenho tido a mesma postura com relação ao Governador Roberto Requião. Tiveram várias tentativas para me levar para o Governo, posso dizer isso de viva voz, mas, entendo que postura na vida pública é fundamental. Não há como ganhar credibilidade se não tivermos convicção e firmeza nas nossas ações.

Portanto, respeito o Deputado Caíto Quintana, respeito todos os Srs. Parlamentares porque têm uma história com o Governador Roberto Requião, mas não posso compreender e entender, Rafael Greca, V. Exa. fazer esse discurso de amor ao Governador Roberto Requião. Não posso compreender.

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Traiano, Já dizia Ulysses Guimarães, na sua sabedoria política, que em política ele só não tinha visto boi voar. Essa é a grande verdade. Mas imaginemos, Deputado Alexandre Curi, V. Exa. que é tão brilhante Deputado, com uma posição definida e eu respeito, imagine sentados ali o falecido Desembargador Abrahão Miguel e o falecido Deputado Anibal Khury, e eles ouvissem este discurso do Deputado Rafael Greca. Eles iam pedir para votar. Não tem mais jeito de fazer política. Não é para isso que viemos aqui. Acho que cada um tem uma posição clara, definida a defender seus interesses. Mas, a população não consegue mais entender os políticos brasileiros. Por isso esta votação que temos, não vamos mais poder sair à rua. Talvez tenhamos que nos fechar na Casa para pedir voto só por telegrama ou telefone porque só agimos de forma a ganhar esta antipatia e do desrespeito da população.

Por esta razão, Deputado Traiano, cumprimento V. Exa. Tenho tido pelo Governador Requião um respeito e da parte dele tem me respeitado por ser Líder da Oposição, nunca disse nada contra a minha pessoa. Também tenho feito as minhas críticas ao seu governo, contundentes, mas estou prestando um serviço a este Estado. A população me colocou na Oposição. E aqui permaneço trabalhando. E por esta razão, também, quando chego em casa, não consigo entender a política brasileira.

Obrigado.

#### **O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB) (Aparte)**

Gostaria de fazer uma colocação, quero cumprimentá-lo pelas palavras, pela posição que está colocando.

Lembro-me muito bem, hoje Deputado, ex-Ministro, ex-Prefeito, ex-Deputado Federal Rafael Greca de Macedo, dizendo que precisávamos acabar com o “Gorila do Bigorilho”. Era o Requião. Lembro-me muito bem dos discursos que o Senador Roberto Requião fez lá no Senado dizendo sobre a “máfia dos bingos”. E que o Ministro Rafael Greca de Macedo era um dos representantes da “máfia espanhola”. Até não sabia que tinha máfia espanhola. Sou italiano, conheço uma parte da máfia siciliana. E achei até que o Greca fosse da máfia siciliana, mas não, era da máfia espanhola, conforme as declarações do Governador Roberto Requião quando Senador da República.

Confesso que já vi muita coisa na política. Eu imaginava que ia ver boi voar, mas ver o Greca atrelado com o Governador, “puxando junto o mesmo arado”, eu tinha certeza que não iria ver.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela Ordem, Deputado André Vargas.

Quero alertar tanto o Deputado Ademar Traiano como o Deputado Scarpellini, que continua com a palavra, depois será dada Pela Ordem para V. Exa.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Apenas para informar, Sr. Presidente, de um processo que o Deputado Rafael Greca movia, visando a anexação do projeto que muito conturbou o projeto. Houve a desistência, a certidão está aqui, portanto, estamos livres para votar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço ao Deputado Scarpellini que seja breve, está esgotado o tempo.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB) (**Aparte**)

Fico imaginando que aqueles panfletos que foram impressos lá dentro do PMDB pelo Doático Santos, que houve a colaboração de muita gente que está aqui pela Assembléia, Deputado Rafael Greca, que dava conta de coisas realmente terríveis contra a sua pessoa, jamais poderia imaginar que vocês fossem sentar juntos à mesma mesa. Quem sabe um dia saia aí o “beijo de Judas, o beijo da morte”.

Muito obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Para concluir, Sr. Presidente.

Agradeço o aparte do Deputado Scarpellini, lamentavelmente não vou ter o tempo necessário para dar o aparte ao Deputado Rafael Greca.

Apenas quero aqui, Srs. Parlamentares, Deputados Elio, Luiz Carlos, Rossoni, Plauto, Durval, que saudades daquelas reuniões no Palácio Iguaçu, com nosso Secretário Rafael Greca, quando íamos lá para escrever aquela cartilha em defesa do pedágio do Paraná! Quando ele, de uma forma entusiasta, vibrava conosco, para fazer a defesa das ações do governo, contra aqueles que tanto atacaram o governo passado. Que saudades! Lamentavelmente, temos que fazer esse registro!

Para encerrar, quero pedir autorização ao Deputado Luiz Carlos Martins, proprietário da grande Rádio Banda B, maior audiência, aqui, na capital do Estado, para me permitir e convocar o Deputado Mauro Moraes, se for possível, em um debate na sua rádio, para falarmos sobre o nepotismo - eu contestando e ele defendendo. Porque agora o seu discurso foi muito brilhante, de mudança.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Ao vivo, à hora que o senhor determinar.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PDT)

Deputado Traiano, ele está sem voz.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Até amanhã ele melhora.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Fui mencionado e quero fazer uma pequena observação. Quero lembrar que o Deputado Traiano foi do

PMDB, do PRN, do PTB e do PSDB. Eu lhe pergunto: por que o senhor pode mudar de pulheiro e eu não?

(**Manifestação nas galerias**)

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Mudei de Partido, mas sempre com coerência. Nunca me juntei àqueles que me bateram, pelo contrário. O Deputado Rafael Greca está beijando o chicote que lhe açoitou a vida inteira.

(**Manifestação nas galerias**)

## **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional de autoria dos Deputados Nereu Moura, Nelson Justus, Jocelito Canto e demais Deputados, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida; Protocole-se; Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para Providências.**

Emenda à Proposição de Emenda Constitucional nº 40/05, de autoria dos Deputados Nereu Moura, Dobrandino da Silva, Chico Noroeste e demais Deputados, devidamente apoiada, constante do expediente. **Indeferida.**

Projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **3ª Discussão**

#### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/06, de autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública a Casa de Caridade São Vicente de Paula - Albergue Noturno, com sede e foro na cidade de Joaquim Távora. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM**

EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO  
EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.  
Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

## 2ª Discussão

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/04, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que disciplina, controla e fiscaliza o comércio de tintas em recipientes de spray no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAITCTM E SP. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 144/05.

Esta Presidência tinha tomado uma decisão, anteriormente, que não vai colocar em votação os projetos de autoria de Deputados ausente na Sessão.

Retira-se da Ordem do Dia de hoje.

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/05, de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi e Antonio Anibelli, dispondo sobre a cobrança da taxa de estacionamento cobrada por Shopping Centers e Hipermercados. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 123/05. **Aprovado, artigo por artigo.**

Registramos os votos contrários dos Deputados Neivo Beraldin e Plauto Miró Guimarães.

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 092/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/05, alterando dispositivos da Lei nº 12.020 de 09 de janeiro de 1998 (Fundo Paraná, IAPAR, TECPAR, SETI, Fundação Araucária). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, concedendo o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Ariovaldo Costa Paulo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel no âmbito do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 009/06

O Projeto de Lei nº 009/06 passa a vigorar com mais um artigo, com a seguinte redação:

“Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoiamento:

Geraldo Cartário, Tadeu Veneri, Barbosa Neto e Luiz Fernando da Silva Litro.

**O referido projeto voltará à Comissão de Constituição e Justiça.**

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

No interesse do processo legislativo, como eu também tenho um projeto que cria uma política paranaense de estímulo ao biodiesel, peço que os dois projetos sejam confrontados e comparados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. está pedindo a anexação ou não?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Acho que é interessante discutir a possibilidade de anexação, por que não?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. poderia solicitar, através de um requerimento formal?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 040/05, e autoria da Comissão Especial de Reforma à Constituição, acrescentando parágrafo ao artigo 27, da Constituição do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Nereu Moura.

Quero alertar aos Srs. Deputados que foi apresentada uma Emenda a essa PEC 40 e, de acordo com o Regimento Interno, nós não podemos recebê-la. Indeferimos o encaminhamento.

Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes:

Sr. Presidente, na verdade a PEC 40, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, é um assunto palpitante e merecer uma discussão profunda. De antemão deixo claro nesta Casa, como disse na intervenção inicial, que o PMDB é favorável à Emenda Constitucional que veda a contratação generalizada de parentes para cargos públicos. O PMDB é favorável e o Governador Requião também, tanto que está tramitando nesta Casa uma Mensagem do Governador Requião propondo a vedação da contratação de parentes, muito mais completa que essa PEC que está tramitando aqui hoje e que estamos apreciando.

Além disso, Sr. Presidente, o Substitutivo Geral está cheio de imperfeições, de erros que permitem até legitimar o excesso daqueles políticos que hoje não têm parentes nomeados e a partir da aprovação dessa PEC, vão ficar liberados para a nomeação de tantos quantos parentes quiserem. Vejam o que diz o *caput* da PEC, no artigo 24: *Fica vedada a investidura para cargos em comissão do cônjuge, companheiro ou parente por adoção, consanguíneo em linha reta e por afinidade até segundo grau, dos respectivos titulares da prerrogativa de nomeação.*

Os Srs. Deputados sabem que aqui na Assembléia Legislativa quem nomeia os funcionários dos gabinetes é a Mesa Executiva, é o Presidente, o 1º Secretário e o 2º Secretário. Portanto, dos respectivos titulares da prerrogativa de nomeação, esta PEC só atinge o Deputado Hermas Brandão o Deputado Nereu Moura e o Deputado Geraldo Cartário - os outros cinquenta e um Deputados ficam livres para nomear quem quiserem. Aliás, legitimaram as nomeações.

Além disso, Sr. Presidente, está aqui no *caput* e todos sabem que as alíneas apenas precisam nortear o que está sintetizando no *caput* de um artigo. Portanto, o *caput* da Emenda Constitucional do Deputado Tadeu Veneri é absolutamente irregular, é dar legitimidade no Paraná para que as nomeações dos parentes se façam de todas as formas, legitimando, inclusive.

Além disto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encontramos outras deformidades no texto da matéria quando, por exemplo, mistura-se o Tribunal de Contas junto com o Poder Executivo. Não pode. Não há, na verdade, um ordenamento jurídico que permita este embaralhamento. É preciso separar o Tribunal de Contas, o Ministério Público do Tribunal de Contas, do Poder Executivo. É um erro. Além disto, no artigo 26, da PEC 40, diz o seguinte: *Exceção-se no disposto no inciso 24 e alíneas, a investidura para cargos em comissão de servidores ocupantes de emprego ou cargo efetivo, admitidos por concurso público.*

Ora, nós sabemos que existem no Paraná muitos servidores que são efetivos, sem ter feito concurso

público. Afinal de contas, foram colocados nesta situação por conta de uma lei aprovada nesta Casa em 1988.

Então, Sr. Presidente, a PEC está mal redigida, não atende os interesses do povo do Paraná. Ela atinge, por exemplo, no Tribunal de Justiça, apenas o Presidente, os demais desembargadores, juízes estão todos liberados para nomear a esposa, o pai, a mãe, o genro, a nora. Assim também o Tribunal de Contas, o único que fica impedido de nomear parentes, se esta PEC for aprovada, é o Presidente. Os demais conselheiros ficam liberados para nomear os seus parentes.

Ora, que lei é esta que nós vamos aprovar? Lei capenga, lei meia-boca. Se tivermos que fazer uma lei -, e vamos fazer -, tem que ser uma lei que inclua todos os agentes políticos.

Ora, Srs. Deputados, somos favoráveis, sim, a uma lei neste Paraná que discipline este tema, porque ele é palpitante, ele é sensível, principalmente neste momento agudo da vida pública brasileira, aonde o povo sai à rua para exigir ética na política, principalmente tendo em conta o que nós assistimos, a nível nacional. O povo brasileiro que mora no Paraná exige ética na política. O Conselho Nacional da Magistratura, através de uma resolução, impingiu ao Poder Judiciário o fim do nepotismo e esta atitude valorizou mais ainda a discussão no Parlamento, nos Parlamentos do Brasil afora. Até hoje, segundo notícias que temos, apenas o Estado do Rio Grande do Sul tem uma legislação igual.

Por isto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, somos favoráveis a uma lei, mas não uma lei para atingir três Deputados nesta Casa, não uma lei para atingir sete pessoas no Paraná. Nós queremos uma lei que inclua todos os Srs. Deputados - ou será que tem alguém diferente de alguém aqui, que inclua todos os conselheiros, todos os desembargadores, todos os juízes, todos os promotores, todos os procuradores.

É por isso que nós, do PMDB, vamos votar contra esta proposta maneta.

(Vaias)

Não, Sr. Presidente, não é a vaia fácil que vai me amedrontar porque dela não tenho medo, tenho posição política para assumi-la com firmeza! Não é a vaia fácil que às vezes sai daqueles manietados para vaiar ou para aplaudir, tenho posição e assumo as minhas posições como meu Partido também tem!

Meu Partido vai votar contra essa PEC e para ficar claro neste Parlamento e o Paraná inteiro ficará sabendo, temos aí um requerimento pedindo pressa da Emenda que o Governador Requião encaminhou para esta Casa.

Além disso, apresentamos uma outra Emenda Constitucional nesta Casa, para mostrar, com clareza, nosso sentimento, que queremos uma norma definitiva para o Paraná, uma norma não para o Requião, não para as pessoas que estão hoje no Poder, exercendo o mandato, mas uma forma que seja definitiva, que norteie a vida dos paranaenses, amanhã, no ano que vem, daqui a dez, vinte, ou cem anos.

Queremos que fique registrada aqui a nossa posição, sabemos que é uma posição firme, corajosa, que alguns poderão deturpar, amanhã, poderão estar em panfletos os nossos nomes, mas fazer o quê? A vida exige posição, inclusive em momentos difíceis e foi assim que nos acostumamos nessa longa caminhada, de não nos amedrontarmos com os obstáculos, de erguer a cabeça, de defender nossas posições com firmeza e com clareza!

Sr. Presidente, concluo e agradeço a benevolência de V. Exa. Fica aqui a nossa posição: votaremos NÃO a esta emenda, porque ela é maneta, é meia boca, não representa os interesses do povo do Paraná...

(**Vaias**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito às galerias para não se manifestar.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, entendo que pessoas que são conduzidas têm que ser massa de manobra, mas apresento aqui a nossa posição convicta que não iremos fazer leis em cima de grito, em cima da força; vamos fazer uma lei justa, necessária, equilibrada, ponderada, que atenda a todo interesse do povo do Paraná!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Serei bem breve, e depois dessa intervenção entusiasmada do Deputado Nereu Moura, e até pelas ponderações que ele fez aqui, Deputado Nereu, fique tranqüilo, pode votar com a nossa PEC, porque metade do que o senhor falou não é verdade! Se for por isso, o senhor pode votar conosco, porque primeiro: a PEC que estamos votando aqui não determina que é o nosso Presidente, ou o Presidente do Tribunal de Justiça e outros cargos, como o senhor citou, que não podem nomear. Porque daqui dos 54 Deputados, a Mesa nomeia mas os 51 Deputados delegam. Por exemplo: o Deputado Jocelito Canto pode mandar direto para o Diário Oficial um pedido para que uma nomeação sua seja feita, assinada por ele? O Presidente do Tribunal de Justiça pode diretamente fazer? Pode!

Agora, um outro do Tribunal de Justiça pode nomear direto? Alguém, dentro do Ministério de Minas e Energia, lá do Governo Federal, pode nomear direto no Diário Oficial ou tem que ter assinatura do Presidente? Vamos respeitar a inteligência das pessoas, acho que não podemos tratar desse jeito as coisas!

Segundo, o senhor falou, em misturar Ministério Público e Tribunal de Contas: Deputado, o senhor é experiente e está aqui há muitos anos. Existe um Ministério Público que é esse que conhecemos e existe o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas que é uma coisa

completamente diferente. Achei que o senhor sabia. São carreiras diferentes, são Ministérios Públicos diferentes.

Terceiro: falar que nada pode ser feito... leia o artigo 25 do Substitutivo Geral feito brilhantemente pelo Deputado José Maria.

(**Lê o artigo 25**)

*Fica vedada a investidura para cargo em comissão de cônjuge, companheiro, parente por adoção ou consanguíneo em linha reta e por afinidade até 2º grau dos respectivos titulares da prerrogativa de nomeação, inclusive por delegação de competência...*

Meu Deus do céu, tragam um Aurélio para ver o que significa isso, senão vão continuar falando essas bobagens!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sr. Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, às vezes a assessoria atrapalha o desempenho do Parlamentar. Não é sempre. Porque um Deputado, como é o Deputado Nereu Moura, que sempre foi um Deputado brilhante na Casa, só muito mal assessorado, poderia dizer o que efetivamente disse, aqui, nesta tarde.

O Deputado Tadeu foi extremamente brilhante. É claro que o Governador pode delegar e é isso mesmo que a Emenda Constitucional procura evitar. Claro que todos nós Parlamentares não nomeamos diretamente, indicamos e efetivamente a Mesa Executiva faz as nomeações. É claro que esta lei é para valer e por isso mesmo ela incomoda. Por que, Sr. Presidente? Poderíamos dissecar a proposta do Governo e dissecar essa proposta apresentada pelos nobres Deputados. Sintetizando: tudo o que o Governo pretende é proibir o nepotismo numa constelação que não é nossa, em uma relação jurídica que não é a nossa. Por quê? Quer efetivamente abrir uma exceção. Uma exceção que abre uma avenida sem precedentes para que os parentes em primeiro grau possam, efetivamente, ser nomeados como Secretários de Estado.

Entendo a preocupação do Governo, mas, ou fazemos uma lei geral que atinja a toda sociedade - e aqui não estamos, em hipótese alguma, policiando ou proibindo, ou fazendo uma legislação específica contra um Secretário de Estado - porque todos nós sabemos dos exageros que acontecem no interior do Paraná, nas prefeituras, com inúmeras nomeações de parentes de Prefeito. Todos sabemos dos exageros nas câmaras municipais e também, por que não dizer, exageros que existem dentro do Governo do Estado, da Assembléia Legislativa, que existia dentro do Tribunal de Justiça e que existe também no Ministério Público. Ou atendemos o clamor popular de proibir o nepotismo no Estado do Paraná, que aliás, de 85% da população, ou brincamos de fazer uma legislação que proíba efetivamente a prática do nepotismo no Estado do Paraná.

Então, com toda certeza, a proposta inicial do Deputado Tadeu, que foi aperfeiçoada com comissão especial, é uma proposta séria, atende à proibição que o povo do Paraná deseja, contra esta prática espúria do nepotismo. E é isso que estamos votando. E faço um desafio aos Deputados do PMDB, não a todos porque tem alguns que vão votar com as suas consciências e alguns vão votar para não desagradar o Governo. E falo isso com muita dor no coração. Vamos aprovar a Emenda 40 que está sendo discutida e votada nesta tarde. Vamos proibir o nepotismo e depois se os senhores quiserem, aceitaremos também apreciar ou a emenda do Governador ou a emenda da Bancada do PMDB. A comissão especial, de uma maneira soberana, vai analisá-la. E no que ela puder colaborar, no que puder melhorar a Emenda Constitucional 40, por que não? Poderemos votá-la também. Agora, quem nesta tarde votar contra a Emenda Constitucional nº 40, com o discurso depois de ser contra o nepotismo, não vai conseguir enganar ninguém. Quem votar com a Emenda Constitucional nº 40 estará pregando um carimbo na sua testa e vai levar esse carimbo às urnas, à eleição. E, efetivamente, vamos denunciar, vamos colocar à sociedade, aqueles que são contra o nepotismo e aqueles que aqui, para agradar o chefe, estão votando com o Governo.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Iniciando, Sr. Presidente, queria lembrar ao Deputado Durval Amaral, meu companheiro e meu amigo, Deputado importante nesta Casa, a quem tenho um respeito enorme, que a dor no coração dele não é de hoje, ela já vem de há muito tempo. Tenho certeza que V. Exa. também votou para agradar o antigo chefe. Então, isso para nós não pega. Estamos discutindo uma posição da Bancada do Governo, do nosso Partido, que é o pensamento também do Governo do Estado. Não estamos votando uma lei, uma PEC, para este Governo. Houve uma proposta interessante do Deputado Valdir Rossoni, a retirada dessa PEC e discutir para a próxima semana talvez, uma medida intermediária. Acho uma medida inteligente, do Deputado Rossoni, que nós respeitamos. Declaramos que vamos votar, não vamos esvaziar o plenário.

Quero lembrar às galerias, que eu nesta tribuna, poderia fazer um juízo no meu discurso para um lado e para o outro, poderia! Há uma questão muito política nisso, também. Mas é claro, é uma questão de interpretação dessa lei.

O discurso do Deputado Nereu Moura foi um discurso brilhante; lembrou muito bem - ele se baseou, Deputado Durval Amaral, num parecer de advogados que diz que essa PEC-40 é cheia de vício.

Não está falando em vão, na verdade, conversei com os advogados também. E considerando que a eficácia dessa PEC é para daqui seis meses, por que não a pro-

posta do Deputado Valdir Rossoni de discutir uma proposta tecnicamente entre a Assembléia e o Governo, para que façamos uma lei para o Paraná? Essa lei tendo um norte.

Então, a bancada do Governo votará contra, no plenário, a aprovação dessa PEC. Já protocolamos emenda para que nos próximos dias possamos discutir. Será uma medida intermediária, tirando o que é bom dessa PEC e da PEC do Governo e fazer, sim, um acordo entre os Deputados, para que atenda aos interesses do Paraná.

Não podemos fazer uma lei para esse Governo, Deputado Rossoni, mas, uma legislação para o Estado do Paraná. Estamos defendendo e querendo deixar claro aqui, é louvável, na verdade, uma legislação que proíba essa bagunça do nepotismo. É louvável e nós queremos isso. Queria dizer às galerias: será que esse é o mal maior no Paraná e no Brasil? Ou é o que está acontecendo em esfera federais, no Congresso Nacional, inclusive em prefeituras, prefeitos que metem a mão no dinheiro público?

Claro que precisamos proibir severamente.

Quero propor aos Deputados que compõem a base do Governo ou a Bancada do PMDB, e esta Casa, que temos a oportunidade, até porque tem seis meses de prazo pela frente para que essa lei entre e tenha a sua validade, atendermos a proposta do Deputado Valdir Rossoni ou essa emenda que protocolamos na Casa, que nos próximos dias possamos trazê-la a plenário, que seja de comum acordo entre ambos os Deputados.

Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Passamos a palavra à Deputada Elza Correia para Encaminhar.

**A SRA. ELZA CORREA (PMDB)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Não ia falar nada, mas estou legitimada pelo direito democrático de Parlamentar de me manifestar. Fico perplexa por um jogo democrático, às vezes há uma tendência de uma queda de braço. Democracia é outra coisa. Posso falar de camarote porque sou uma resistente, uma das que sobram na luta, na ditadura militar, para que tivéssemos o direito de expressar a nossa posição.

Quando o Deputado Nereu Moura ocupa a tribuna e faz tecnicamente toda uma exposição em relação à sua visão do projeto, o Deputado Durval Amaral, da Oposição, que respeito muito também, está no seu papel de Oposição, tem uma outra interpretação. Existem duas interpretações para a mesma PEC e é natural, normal que haja isso.

Apreendi quando era Vereadora, que lei não pode ser interpretativa, tem que ser clara, objetiva e direta e não dar margens a interpretação.

O Brasil está nesse caos, nessa droga em relação à questão política, em função de leis que foram feitas por aqueles que queriam utilizar as mesmas leis em benefícios próprios.

Essa é uma questão que nenhum de nós, nem Oposição, nem Situação, pode ignorar. O que é que nós temos que fazer? Um projeto de lei que seja inequívoco, que não dê margens a interpretações, a dúvidas, que respeite o princípio da isonomia e da universalidade. Estou falando com muita serenidade, porque já fui aplaudida muitas vezes na minha vida. E vaiada outras tantas. Mas, mantenho a minha posição de, em primeiro lugar, defender as coisas que acredito. Não fui eleita para vir para cá para satisfazer vontade de chefe nenhum. Nem do Governador Roberto Requião. Vim aqui para defender os meus princípios, a minha questão de consciência e as coisas que acredito.

Não cabe a mim, nem a muitos companheiros que estão aqui, nem de um lado, nem do outro, rótulo na testa, porque senão, muitos estariam rotulados por outros momentos da sua vida política, que também satisfizeram a vontade dos chefes com a venda da Copel, entrega do Banestado, por aí fora.

Acima de tudo isso colocado aqui, sei que os mais políticos, os políticos oportunistas que se dizem colegas, mas são “traíras” haverão de votar SIM de uma forma ou de outra, aquele que se posicionar diferente à sua posição, para tentar execrar publicamente esses companheiros.

Quero dizer que assim, há uma possibilidade concreta hoje, de fazermos um projeto muito melhor, porque o do Governador Requião tem problemas? Tem. Mas, o do Deputado Tadeu Veneri também tem! E por que é que nós, 54 cabeças pensantes, que foram trazidas aqui para isso, não podemos elaborar um outro texto melhor? “Ah, mas a Elza...”

Quero que seja garantido meu direito de fala. E não se preocupem, porque estou falando, inclusive, para vocês.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço às galerias que ouçam com atenção o pronunciamento da Deputada Elza Correia.

#### A SRA. ELZA CORREA (PMDB)

Queria dizer que 54 cabeças podem, sim, produzir um texto melhor, inclusive como propôs o Líder da Oposição, o Deputado Rossoni. Por que não? Por que não? Por que esta sangria? Quem é que está dizendo que não vai votar no projeto contra o nepotismo? Nenhum de nós.

Nós vamos votar, sim, contra o nepotismo e o Paraná vai sair à frente, mostrando um projeto que não quer dizer uma meia gravidez, porque isto não existe. Ou vai proibir, vetar, impedir o nepotismo de cabo a rabo ou vai ser um projeto meia boca que vai privilegiar e continuar favorecendo alguns setores, em algumas situações. Está na cara que é isto, “Ah, mas você votou na outra votação SIM e agora está fugindo da raia”.

Eu não devo satisfação a quem me acha uma covarde. Devo satisfação àquelas pessoas que acreditam que eu não cheguei aqui por acaso. Enfrentei muitas bata-

lhas em Londrina e sei que vou continuar defendendo outras batalhas, daqueles que não querem e não têm a coragem e determinação como seu principal instrumento de luta.

Querida, fale o que quiser, aqui estou falando com meu coração e minha consciência.

Na votação passada, vim e votei SIM, porque nós não tínhamos... estes são os que afrontam, desmoralizam, interrompem, eu não quero servir a estes.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço a compreensão, mais uma vez, para que não precisemos suspender a Sessão, com a manifestação das galerias.

#### A SRA. ELZA CORREA (PMDB)

Quero dizer que tenho a serenidade e a certeza de saber que sou contra o nepotismo. Não nesses três anos e meio, porque tive duas legislaturas como Vereadora e a quem interessou, sabe qual é o meu posicionamento - Deputado Durval, que é da minha região, sabe também em relação a este e a outros temas, de interesse popular - então, estou muito tranqüila.

Acho, sim, se nós não tivéssemos lá atrás, na outra votação, se não tivéssemos a proposta que é apresentada hoje, talvez tivéssemos votado diferente, Deputado Nereu Moura. Acho, inclusive, que nós temos um problema seriíssimo aqui na Assembléia Legislativa, que é sentar para discutir depois do leite derramado. Inclusive coloco esta questão com muita serenidade, de liderança inclusive do meu partido e do meu Governo, porque se tivéssemos discutido isto antes, levado estas questões anteriormente, não estaríamos nesta situação, aqui, agora. Teríamos já apresentado, inclusive sentado com os companheiros da Oposição e chegado talvez numa proposta que fosse unânime, por todos nós. Tenho esta impressão de que as coisas poderiam ter sido diferentes. Mas, não foram. E agora é que vemos este “furo” neste projeto.

Por que é que não vamos corrigir? Por teimosia? Com medo de que o nome vá para o *out-door*, que o nome vá para folheto? Ora, por favor! Absolutamente não sou movida por este sentimento de medo de folheto, medo de *out-door*, carimbo na testa, nem tentativa de colocar que sou uma “vaca de presépio”, que não tem vontade própria e não tem opinião.

Sou amiga do Governador Roberto Requião. Acho que ele está fazendo um grande governo. Mas, é de conhecimento público que em muitos momentos discordamos seriamente em muitas questões do Governo, inclusive quando quiseram mandar aqui para a Assembléia Legislativa, antes de mandar o projeto de aumento do salário dos professores, queriam mandar um projeto para aumento de salário dos Secretários. Esta Deputada foi contra e teve confrontos com o Governador Roberto Requião, mas mantive minha posição, porque a essa altura da minha vida, a essa altura do campeonato, não devo ter medo, nem estar atrelada, nem servir de capacho

a nenhum interesse que não sejam os meus interesses, com a minha consciência.

Portanto, hoje quis fazer essa fala para que ficasse consignado na Casa este meu pensar, esta minha posição, porque tenho certeza absoluta que dentro de alguns dias nós poderíamos, e poderemos, votar uma outra PEC, com uma redução que não deixe dúvidas, que cumpra efetivamente o seu papel e que vá ao encontro dos interesses do povo do Paraná; o resto é tentativa de enxovalhar e de jogar a minha vida política, e de outros companheiros, na lata de lixo. Isso não pega, não pegou no passado, e não vai pegar agora.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros visitantes.

Hoje é um momento difícil para a Assembléia Legislativa, e é um momento difícil para muitos dos Deputados. Em primeiro lugar porque está sendo discutido uma tese, que é uma tese que todos nós abraçamos, que é a tese de que as relações do Estado com a sociedade sejam mais disciplinadas, sobretudo no preenchimento de cargos comissionados. É verdade que no Brasil temos sentido um certo descontrole por parte do Poder Legislativo, Municipal e Estadual, até do Congresso Nacional, por parte do executivos municipais, em preenchimento de cargos muitas vezes que não obedecem apenas o critérios de cargos em comissão de confiança, com alguma atividade técnica. E o Brasil hoje, de certa maneira, em função do clima instaurado no nosso país, clama por uma legislação que discipline melhor essa relação do Estado da função do agente público com a sociedade.

Eu sou do PT, meu Partido desde o início tem lutado por disciplinar e moralizar essas relações entre o Estado e a sociedade. Faz parte da nossa cultura nos últimos vinte anos de construção do nosso Partido. Se é verdade que tivemos problemas de conduta com alguns companheiros no cenário nacional, isto é uma verdade, mas, não implica que a tese que defendemos de que cada vez o Estado seja mais transparente, seja mais democrático, tenha mais controle da sociedade, devamos abrir mão.

Há questão de dez, doze dias atrás, a emenda contra o nepotismo foi a plenário aqui na Assembléia Legislativa. Eu sou o Líder do PT nesta legislatura, depois do dia 15 de fevereiro a Bancada me escolheu como líder, e venho tentando desempenhar a função de aglutinar a Bancada e discutir os problemas relativos ao Estado, e aqui na Assembléia nesses últimos quarenta dias. O Deputado Tadeu Veneri apresentou uma emenda no ano passado, em 2005, que diz respeito à Constituição do Estado do Paraná, proibindo a contratação e a nomeação de parentes em primeiro, segundo e terceiro graus, na esfera do Poder Executivo do nosso Estado.

O Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Hermas Brandão, talvez movido pelo cenário nacional, porque o Conselho da Magistratura do nosso país determinou que o Poder Judiciário não contrate mais parentes, marcou o rito, colocou em puta e em votação a emenda do Deputado Tadeu Veneri.

Há dez dias, eu me reuni com a Bancada do meu Partido e, praticamente, não houve nenhuma discordância. Todos da Bancada do PT disseram que queriam votar SIM, contra o nepotismo e, de fato, no dia seguinte, foi o que aconteceu. Dos nove Deputados, oito dos que estavam presentes votaram a favor da emenda do Deputado Tadeu Veneri, que foi em primeira discussão.

Naquela oportunidade, quando foi esse projeto para votação, a Bancada do PMDB não estava no plenário. Treze Deputados do PMDB. Eu subi a esta mesma tribuna e relatei o meu espanto, de certa maneira a minha surpresa e deixei claro, está consignado nas notas taquigráficas, de que a tese contra o nepotismo, contra a contratação apenas de parentes pudesse estar, naquele momento, revestida de um caráter eminentemente político, eminentemente circunstancial, em função dos discursos que ouvi aqui na Assembléia Legislativa, de mais de dez discursos contrários ao Governo do Estado do Paraná, comandado pelo PMDB e pelo Roberto Requião.

Lembro, tranqüilamente, que defendi as propostas do Governo e disse que estava votando constrangido pela aceitação da proposta, porque não queria, jamais, que o meu voto pudesse ser confundido com um voto que estaria direcionado a fazer um ataque político a um Governo do qual eu faço parte.

Fiz parte, desde o início, deste Governo; ajudei, junto com o meu Partido, o PMDB a ganhar o Governo do Estado do Paraná. O Roberto Requião é Governador porque o PT teve uma participação, seja maior ou menor, mas teve uma participação no processo eleitoral de 2002. Não terminou aí a nossa participação, o PMDB e o Governador convocaram membros do PT para fazerem parte deste Governo. Tem membros do PT que fazem parte, até hoje, da administração do Governo do Estado, governam juntos: Secretários de Estado, membros da administração.

Eu não conseguia entender como que eu, Deputado Ângelo Vanhoni, que em 98 já tinha defendido uma união do PMDB com o PT, porque o Presidente Lula assim tinha solicitado, em nível nacional, para que aqui no Paraná nós pudéssemos ajudar no processo eleitoral. Eu não podia entender como que eu que defendi uma aproximação entre esses dois Partidos, que fui candidato a Prefeito no período de 2004, quando o PMDB exerce o Governo do Estado do Paraná, e fez o possível e o impossível para apoiar a minha candidatura. Uma candidatura do PT, na principal cidade do Sul do país, na principal Capital do Sul do país. O PMDB e o Governador ser empenharam, pessoalmente, na eleição de um membro do Partido dos Trabalhadores a Prefeito da maior cidade do Sul do país!

Eu não podia entender como que uma emenda dessa pudesse ser revestida de um problema político de oposição ao Governo do Estado. Fiz o meu alerta na votação da primeira discussão. De lá para cá, tenho acompanhado a discussão que redundou, talvez por uma surpresa do Governador, por uma surpresa de muita gente, quarenta votos a zero, porque os Deputados que não concordavam estavam ausentes do plenário. Tamanha desarticulação. E por parte da sua presença política aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. De lá para cá muita coisa aconteceu, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há um debate na sociedade que é revestido por dois valores simbólicos, primeiro na tese universal que não há ninguém que seja contra o disciplinamento de regras para aperfeiçoar a relação do Estado entre a sociedade. Isto é, não há ninguém que se coloque a favor do nepotismo, Mesmo assim, acho que deveríamos ter critérios porque mesmo o laço sanguíneo, quando tiver renomada competência nas funções públicas do Estado, acho que talvez tivéssemos que consignar a possibilidade de esses critérios estarem inseridos na lei.

Vejo que o debate tomou conta da sociedade. E aqui o Plenário está dividido. O Deputado Valdir Rossoni apontou um caminho. Lamentavelmente a Bancada que o Deputado pertence não seguiu esse caminho.

Tem uma outra proposta em curso na Assembleia que está tramitando, o que era de bom-senso para nós se não temos divergências e não queremos fazer este debate um debate apenas político entre Oposição e Situação, porque a minha participação nesse processo é de uma dificuldade muito grande. Pode até ser porque apoio este Governo, mas o Deputado Rossoni tomou o caminho. É lamentável que a sua Bancada não seguiu esse caminho, de retirar, de que hoje não tivesse quórum e de que pudéssemos juntar todas as propostas e forjar uma lei de consenso aqui na Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, infelizmente a Assembleia pode marchar por uma decisão errada por falta de transigência numa questão que para nós seria de fácil solução porque há uma emenda do Governador do Estado, pode ser modificada e é uma nova emenda do Deputado Nereu Moura.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero esclarecer aos Srs. Parlamentares que já encaminharam contra a aprovação quatro Srs. Deputados. Tem só mais uma inscrição.

Está inscrito o Deputado André Vargas.

#### O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, não faria uso da palavra até porque tínhamos o entendimento de duas posições, votaria até porque as posições estão muito claras. Mas, estranhou-me o encaminhamento do meu Líder Ângelo Vanhoni. Estranhou-me na medida em que a discussão que tivemos na Bancada foi aquela que falei em nome do PT, de uma

votação tranqüila e de disponibilidade para votarmos qualquer outra proposta que venha a estar em pauta aqui nesta Casa.

Para valorizar o legislador, não é adequado um líder vir aqui, não é adequado quando esse projeto que tramita há um ano é de autoria de um membro do seu Partido. Posso ter divergências, Sr. Presidente, companheiros e companheiras, especialmente Deputado Ângelo Vanhoni, posso ter, mas não posso trair os meus companheiros! Não posso!

Não é aceitável, até porque tivemos uma reunião agora há pouco e fizemos um entendimento pactuado. O Deputado me delegou a tarefa de encaminhar. Mas o que não se pode, independente de divergência, é tentar desmoralizar ou uma Bancada ou este Parlamento.

Os Deputados que mudaram de posição devem ter as suas justificativas. Alguns tentaram justificá-las publicamente. Louvo a coragem mas a orientação que o Partido dos Trabalhadores faz à sua Bancada - por isso venho aqui para encaminhar -, não é para expor as divergências, é apenas no sentido de votarmos favoravelmente ao projeto que tramita há um ano, um projeto adequado, uma emenda constitucional ampla que não visa perseguir irmão ou mulher de governador ou de deputado. Não é esse o objetivo. Atingirá sete mil pessoas entre prefeituras e câmaras de vereadores.

Não se pode confundir uma medida moralizadora tentando tergiversar e enganar: “A outras proposta é melhor. Essa é a melhor”. A nossa tarefa, Sr. Presidente, é votar e assumir as responsabilidades para tanto.

(Aplausos)

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao último orador, Deputado Vanderlei Iensen, para encaminhar contra o projeto.

#### **Deputado Vanderlei Iensen (PMDB)**

##### O SR. VANDERLEI IENSEN

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Tenho algumas coisas que não consigo entender. Uma delas, dá a impressão que aqui tem dois grupos um que é a favor e outro é contra o nepotismo. Isso é mentira.

Infelizmente, a imprensa está sendo levada a acreditar e a publicar amanhã nos jornais, que o grupo, a Bancada do Governo é favor do nepotismo. Quero dizer para vocês que isso é mentira. Tanto é verdade, que temos duas propostas nesta Casa, uma do próprio Governador Requião, que estamos dispostos a votar, inclusive até aceitamos a proposta do ilustre Deputado Valdir Rossoni, que depois infelizmente não foi à frente. E outra que encaminhamos hoje, com a assinatura de mais de vinte Parlamentares, procurando moralizar a questão do nepotismo no nosso Estado.

Acredito que todos os Deputados que aqui estão são contra o nepotismo. É claro que neste momento,

neste calor do debate político, em que nos aproximamos das eleições, existem interesses dos mais variados, aqueles que de alguma forma tentam lucrar, tirar proveito político de uma situação como essa. E aquela que com a sua consciência votam, porque foi delegado isso pelo povo que nos elegeu, votam segundo a consciência, não segundo a pressão ou segundo a vontade de alguns.

Queremos, aqui, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, deixar claro aos nobres companheiros, que somos contra o nepotismo. Esperamos realmente que as propostas que fizemos, que o Governador Requião, fez venham a esse plenário, para que possamos provar à opinião pública, à população e aos paranaenses, a nossa posição firme.

o que não podemos aceitar é que alguns Parlamentares usem o microfone para dizer que somos a favor do nepotismo. Isso é mentira e repudiamos essa atitude. Somos contra o nepotismo. Queremos votar o projeto contra o nepotismo. Agora, votamos o projeto que está em pauta, hoje a PEC 40 e amanhã poderemos colocar os nossos filhos, pais e tios no gabinete de outro Deputado, isso é possível? Isso é moral? Onde está a moralidade desse projeto?

Pedimos aos nosso companheiros que coloquem a mão na consciência e entendam que todos nós somos contra o nepotismo mas, apoiamos e aprovaremos um projeto sério. Não admitimos e não aceitamos um projeto como esse, que não permite, por exemplo, e o Deputado Nereu Moura já explicou claramente aqui a situação que consta nesse projeto, mas o que me chama a atenção é que o nepotismo cruzado não é abrangido. Um Deputado pode, por exemplo, nomear os seus parentes no Judiciário, no Executivo, assim como o Executivo pode nomear aqui na Assembléia. O que estamos fazendo? Que tipo de projeto é esse?

Então, estou aqui fazendo um apelo aos companheiros. Sei que a vontade, o desejo de todos é darmos um exemplo à sociedade paranaense. Vamos votar com seriedade, vamos ser amplos, vamos votar o projeto do Governador Requião e se vocês não quiserem votar o do Governador, estamos apresentando mais uma proposta. Mas vamos, juntos, trabalhar e votar para derrotar o nepotismo no Estado do Paraná, mas sem levar isso para o lado político, para um momento de apelação, que é o que estamos, infelizmente, acompanhando pela opinião pública.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 862, de autoria do Geraldo Cartário, constante do expediente, propondo a prorrogação da Sessão Ordinária por duas horas.

Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Encerradas as inscrições, passamos ao processo de votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à proposição deverão responder SIM e os contrários deverão responder NÃO.

#### O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Sei que a chamada é nominal, um a um dos Srs. Deputados, mas antes de iniciarmos a votação, requeiro a chamada nominal, porque o quórum está baixo, Sr. Presidente. Gostaria de chamada nominal para que os Deputados que estão em seus gabinetes tenham tempo de chegar ao plenário da Casa.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Teremos duas chamadas, mas já vamos procedendo à votação, porque dará tempo, para quem está nos gabinetes de chegar.

Solicito ao Deputado Nereu Moura a chamada dos Srs. Parlamentares.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Deputado Valdir Rossoni (PSDB) SIM.

Deputado Ademar Traiano (PSB) SIM, Sr. Presidente.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT) Sr. Presidente, voto SIM e votarei SIM também à proposta do Governador Requião.

Deputada Arlete Caramês (PPS) SIM.

Deputado Geraldo Cartário (PMDB) NÃO, Sr. Presidente.

Deputado Elio Rusch (PFL) Voto SIM, Sr. Presidente.

Deputado Reni Pereira (PSB) Pela coerência, SIM.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PMR) Voto SIM.

Deputado Aírton Araújo (PPS) Voto SIM, Sr. Presidente.

Deputado Alexandre Curi (PMDB) NÃO, Sr. Presidente.

Deputado André Vargas (PT) Pela coerência, Sr. Presidente, SIM. Fim dos parentes.

Deputado Antonio Anibelli (PMDB) NÃO, Sr. Presidente.

Deputado Ângelo Vanhoni (PT) (**não houve manifestação**)

Deputado Artagão Júnior (PMDB) NÃO.

Deputado Barbosa Neto (PDT) Contra a contratação de parentes. Voto SIM.

Deputado Caíto Quintana (PMDB) NÃO.

Deputado Carlos Simões (PTB) NÃO.

Deputada Cida Borghetti (PP) SIM.

Deputado Chico Noroeste (PL) SIM.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB) NÃO.

Deputado Dobrandino da Silva (PMDB) NÃO.

Deputado Duílio Genari (PP) **ausente**.

Deputado Durval Amaral (PFL) SIM.

Deputado Edson Strapasson (PMDB) NÃO.

Deputado Elton Carlos Welter (PT) SIM.

Deputada Elza Correia (PMDB) NÃO.

Deputado Francisco Bühner (PSDB) SIM.

Deputado Hermas Fonseca (PT) **ausente**.

Deputado Jocelito Canto (PTB) NÃO.

Deputado Jose Domingos Scarpellini (PSB) SIM.

Deputado José Maria Ferreira (PMDB) SIM.  
 Deputado Luciana Rafagnin (PT) SIM.  
 Deputado Luiz Accorsi (PSDB) **ausente**.  
 Deputado Luiz Carlos Martins (PDT) SIM.  
 Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (PSDB)

SIM.

Deputado Luiz Nishimori (PSDB) **ausente**.  
 Deputado Marcos Isfer (PPS) SIM.  
 Deputado Mauro Moraes (PMDB) NÃO.  
 Deputado Miltilino Pupio (PSDB) **ausente**.  
 Deputado Natálio Stica (PT) **ausente**.  
 Deputado Neivo Beraldin (PDT) SIM.  
 Deputado Tadeu Veneri (PT) SIM.  
 Deputado João Iensen (PMDB) NÃO.  
 Deputado Valdir Leite (PPS) SIM.  
 Deputado Pedro Ivo Ilkiv (PT) **ausente**.  
 Deputado Nereu Moura (PMDB) NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Segunda chamada:

Deputado Ângelo Vanhoni (PT) **ausente**.  
 Deputado Duílio Genari (PP) **ausente**.  
 Deputado Hermes Fonseca (PT) **ausente**.  
 Deputado Luiz Accorsi (PSDB) **ausente**.  
 Deputado Luiz Nishimori (PSDB) **ausente**.  
 Deputado Miltilino Pupio (PSDB) **ausente**.  
 Deputado Natálio Stica (PT) **ausente**.  
 Deputado Nelson Garcia (PSDB) **ausente**.  
 Favoráveis a aprovação da PEC...

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o Deputado Ângelo Vanhoni encaminhou a votação, ele não pode se ausentar do plenário, o Plenário precisa saber se ele vota a favor ou vota contra.

Encaminhou tem que estar presente, ou então que seja considerado voto SIM do deputado Vanhoni, esse é o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está encerrado o processo de votação. Votaram 29 Srs. Deputados favoráveis à aprovação da PEC quinze pela não aprovação; oito ausentes.

**Está rejeitada** a PEC, porque haveria necessidade de 33 votos.

(**Tumulto no plenário**)

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Sr. Presidente, faço questão de registrar que os quatro votos ausentes do Partido dos Trabalhadores derrotaram a emenda do nepotismo nesta Casa. Foram essas quatro ausências, principalmente, que prejudicaram a aprovação. Nós não podemos aceitar porque aqueles que aqui estiveram e votaram NÃO estavam cumprindo com a sua missão, agora, aqueles que aqui se ausentaram deram o pior exemplo do que é um Parlamento!

Isso me entristece porque entendemos que política se faz com composições, com tomada de posições, política se faz assumindo aquilo que o eleitor pede a cada um de nós, o nosso voto!

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, acho inadequado, lamento que os quatro Deputados não estiveram presentes, passaram por aqui e depois se ausentaram, lamento, a Bancada vai fazer esta discussão. Mas teve Deputados do PSDB e de outros Partidos que também não estiveram. Portanto, é importante dizer...

(**Tumulto no plenário**)

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (**Pela Ordem**)

Presidente, quero comunicar a esta Casa, com muito prazer, que a Bancada do PDT, composta de cinco Deputados, todos votaram em acabar com a contratação de parentes.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, esta Sessão ficará marcada na história, como o PT derrotou o próprio PT. Foram exatamente os quatro votos que faltaram.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero deixar registrado os votos da Bancada do PFL, foi 100% contra o nepotismo; os Deputados Durval Amaral, Elio Rusch, Plauto e Nelson Justus.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, também gostaria de registrar a união da Bancada do PPS.

Os cinco Deputados, eu, o Deputados Marcos Isfer, Deputado Valdir Leite, Deputado Ailton Araújo e a Deputado Arlete Caramês. Todos nós votamos SIM e contra o nepotismo.

O SR. LUIZ FERNANDO DA SILVA LITRO (PSDB) (**Pela Ordem**)

O PSDB não é autor da emenda. Quero registrar que em nenhum momento os Deputados do PSDB que não estão, fizeram defesa ou votaram a favor.

Quero registrar que o PSDB não é autor da emenda.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero esclarecer ao Plenário que como havia sido dito que tínhamos uma outra emenda, que é a emenda 27/06, que agora me parece que passará à Ordem do Dia.

Faço, aqui, um apelo para que seja nominada amanhã, se for possível, a comissão especial e que votemos a PEC contra o nepotismo. Porque a luta contra o nepo-

tismo vai continuar já nos próximos dias, para ver se de fato havia ou não intenção de derrotá-lo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Gostaria de esclarecer a V. Exa. e aos demais Parlamentares, que foi publicado hoje, amanhã faremos a leitura e abriremos o espaço para as emendas, que são três dias úteis, e solicitar aos Partidos a indicação dos membros da Comissão.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para completar no popular: “aí vai ser a hora de a onça beber água”.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Quero registrar a postura do PSB, que desde o início desta propositura, dessa emenda constitucional, mesmo não sendo da nossa Bancada, apoiamos 100% e votamos. E de repente nessa nova emenda proposta pelo Deputado do PMDB, o Deputado Nereu Moura, até pela coerência da Bancada, novamente vamos apoiar contra o nepotismo. Talvez na outra sejamos felizes.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

O Deputado Reni Pereira já deu a posição do Partido. 100% a favor e na próxima...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço a compreensão dos Srs. Parlamentares, porque teremos ainda alguns projetos em votação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Esperamos que seja colocada a próxima emenda que está aí, do Deputado Nereu e do Governador Roberto Requião. Estaremos atentos junto com a nossa Bancada e a Oposição para votarmos essa lei que o Paraná exige.

Muito obrigado.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de dizer que ficou mais que esclarecida a nossa posição. Vamos continuar, como disse o Deputado Tadeu Veneri, mas na luta contra o nepotismo, num projeto de lei que assegure verdadeiramente o não ao nepotismo.

Já falei com o Líder do Governo, o Deputado Dobrandino da Silva e, também gostaria de pedir ao Líder do Partido que eu gostaria de fazer parte dessa Comissão, que vai junto com outros companheiros construir o novo texto.

Peço publicamente que me incluam nessa Comissão, para que possamos apresentar à Assembleia o novo texto que vai atender aos interesses do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

## 1ª Discussão

### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 681/05, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. É vedado ao Estado do Paraná conceder incentivos fiscais ou créditos de qualquer natureza para as empresas que por suas atividades causem danos à saúde e segurança dos trabalhadores. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 122/05, de 07/11/05)**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 681/05

#### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei pretende proibir a concessão de incentivos fiscais ou créditos de qualquer natureza às empresas que causem danos à saúde e segurança aos trabalhadores.

#### Fundamentação

Analizando a competência para legislar sobre a matéria, encontramos, no artigo 24, inciso I, da Constituição Federal, a seguinte disposição:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

Quanto à matéria específica do projeto, determina o *caput* do artigo 170 da Constituição federal:

*Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (...)*

Além disso, determina a Constituição Estadual do Paraná em seu artigo 31:

*Art. 31. Ao Estado é vedado celebrar contrato com empresas que comprovadamente desrespeitem normas de segurança, de medicina do trabalho e de preservação do meio ambiente.*

Quando se pondera a necessidade de se realizar convênio com o Confaz para a isenção de ICMS, o projeto está em conformidade com a disposição constitucional.

Sob o ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, o projeto em pauta não necessita de estimativa orçamentária ou demonstrativo da compensação requeridas pela Lei Complementar nº 101/00, visto que não acarreta diminuição da receita. Aliás, pelo contrário, o projeto tende a acarretar o aumento da receita, visto que diminui a probabilidade de benefícios fiscais.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, em caráter de parecer, opinamos pela aprovação do projeto analisado.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 681/05

P A R E C E R :

**Histórico**

O presente plano de lei é de autoria do nobre Deputado Ratinho Júnior, que veda ao Estado do Paraná conceder incentivos fiscais ou créditos de qualquer natureza às empresas que por suas atividades causem danos à saúde e segurança dos trabalhadores.

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

**Fundamentação**

Esta Comissão Permanente de Saúde Pública, chamada a opinar, conforme dita o parágrafo 10 do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, verificou que o projeto em questão, mostra a importância de tal proposição, tendo em vista que a matéria visa garantir o direito ao trabalho e à preservação da vida e da dignidade do trabalho através da legítima atuação do Estado em seu poder de incentivo e normativo da ordem econômica.

De igual modo, a nossa Carta Magna assevera e assegura ao trabalhador o direito ao emprego e à geração de renda dentro da perspectiva de desenvolvimento humano integral e em condições dignas de trabalho.

**Conclusão**

Diante do exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.06.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI Nº 681/05

P A R E C E R :

**Relatório**

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, veda ao Estado do Paraná conceder incentivos fiscais ou créditos de qualquer natureza às empresas que por suas atividades causem danos à saúde e segurança dos trabalhadores.

**Fundamentação**

Tal proposição já mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e da Saúde Pública.

Esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, chamada a opinar, nos termos do artigo 33, parágrafo 12 do Regimento Interno, verificou que a medida em referência

visa garantir o direito ao trabalho e à preservação da vida e da dignidade do trabalho através da legítima atuação do Estado em seu poder de incentivo e normativo da ordem econômica.

**Conclusão**

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

RENATO GAÚCHO - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/06, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprovando o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de março de 2006, Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referentes ao mês de março de 2006, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.04.06.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni e Barbosa Neto.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 028/06

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 028/06, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de março de 2006, regulamentada pela Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004, em seu artigo 14.

Análise criteriosa do relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição acima, leva este relator a aprovar as contas apresentadas, pois não lhe restam dúvidas quanto à exatidão das mesmas, decidindo então, pelo parecer favorável - aprovado, uma vez que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor.

Isto posto, este relator resolve pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 12.04.06.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

## Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 834, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 835, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimentos nºs 837 e 838, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 839 a 841 e 853 a 855, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 842, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 844, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 845, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 846, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 847, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 848 a 852 e 859, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 858, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 860, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados Nereu Moura, Cleiton Kielse, Edson Strapasson e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Prejudicado.**

## Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 258 e 714/05.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 092/05.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 494/04, 681/05 e 004/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 129/04, 361, 767, 777/05, 004 e 077/06.

Levanta-se a Sessão.

